



**Centro Universitário de Brasília  
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

**MANOEL LEÃO DE MATOS NETO**

**PROVA PERICIAL EM PROCESSO CIVIL: LAUDOS  
PSICOLÓGICOS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A EFICÁCIA DA  
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL**

Brasília  
2010

**MANOEL LEAO DE MATOS NETO**

**PROVA PERICIAL EM PROCESSO CIVIL: LAUDOS  
PSICOLÓGICOS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A EFICÁCIA DA  
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL**

Trabalho apresentado ao Centro  
Universitário de Brasília  
(UniCEUB/ICPD) como pré-requisito  
para obtenção de Certificado de  
Conclusão de Curso de Pós-graduação  
*Lato Sensu* em Direito Processual Civil  
aplicado à atividade profissional dos  
servidores do Superior Tribunal de  
Justiça.

Orientador: Carlos Orlando Pinto

Brasília  
2010

**MANOEL LEÃO DE MATOS NETO**

**PROVA PERICIAL EM PROCESSO CIVIL: LAUDOS  
PSICOLÓGICOS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A EFICÁCIA DA  
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL**

Trabalho apresentado ao Centro  
Universitário de Brasília  
(UniCEUB/ICPD) como pré-requisito  
para obtenção de Certificado de  
Conclusão de Curso de Pós-graduação  
*Lato Sensu* em Direito Processual Civil  
aplicado à atividade profissional dos  
servidores do Superior Tribunal de  
Justiça.

Orientador: Carlos Orlando Pinto

Brasília, 8 de dezembro de 2010.

**Banca Examinadora**

---

Prof. Dr. Einstein Lincoln Borges Taquary

---

Prof. Dr. André Gontijo

*Dedicatória*

*Para*

*Luciélma, Victor, Clara e Arthur,*

*pelo carinho, adesão e finais de semana  
devidos.*



## AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Carlos Orlando Pinto, meu orientador, pela competência, afabilidade, atenção e capacidade de enxergar sempre o lado melhor de cada situação.

Aos Professores Dr. Gilson Ciarallo e Dra. Tânia Cruz, pela solicitude, disponibilidade e crédito no nosso projeto.

Aos Professores Dr. Einstein Lincoln Borges Taquary e Dr. André Gontijo, pela gentileza na minha avaliação e pelas bem-vindas contribuições e sugestões ao nosso trabalho.

Ao meu irmão, Miguel Araujo de Matos, pelo empréstimo de pequena parte do seu vasto conhecimento.

Aos colegas profissionais da Secretaria Psicossocial Judiciária - SEPSI do TJDF, nas pessoas da Dra. Marília Lobão R. de Moura, Secretária, do Dr. Sérgio Alberto B. Maciel, Subsecretário de Atendimento a Famílias Judicialmente Assistidas (SUAF) e da Dra. Beatriz Ros, Assistente Social, pela atenção, disponibilidade e paciência em esclarecerem-me pontos da sua rotina diária na elaboração de pareceres psicossociais junto às Varas de Família do TJDF.

Aos colegas da 3ª, 4ª e 5ª Turmas Cíveis do TJDF pela atenção, disponibilidade e urbanidade no trato com as pessoas.

Aos magistrados e colegas das Varas de Família do TJDF/Brasília, nas pessoas do Dr. Juiz Jayder Ramos de Araujo e dos servidores Dra. Cátia Bernardes M. de Lima, Dra. Vera Lúcia C. Macias, Dra. Vivian Raquel G. P. Rímolo, Dr. Maurício F. de Paula, Dra. Sonia Lima, Dra. Rosana Meyre Brigato, e Dr. Márcio Quaranta, pela compreensão, atenção e presteza.

Aos colegas servidores da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, do STJ, especialmente os do atendimento, pela paciência e disposição na pesquisa e busca de material bibliográfico.

*Caminhante, são teus rastros o caminho, e nada mais;  
caminhante, não há caminho, faz-se caminho ao andar.*

— António Machado, poeta sevilhano.

*A porta da verdade estava bem fechada,  
mas nada resistiu à chave que eu te trouxe.  
Aqui de onde se vê ainda não se vê nada,  
se não se tem os dentes presos nesse doce...*

Sá e Guarabyra, compositores da MPB

## RESUMO

MATOS NETO, M. L. **Prova pericial em processo civil:** laudos psicológicos e sua contribuição para a eficácia da prestação jurisdicional. 2010. 84p. (Especialização) - Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento – ICPD. Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2010.

O Código de Processo Civil brasileiro prevê em seus artigos que o juiz pode lançar mão de outros saberes para subsidiar seu próprio convencimento na tomada de decisão. Entre os recursos que estão à sua disposição encontram-se as provas periciais, dos diversos matizes, e, entre elas, o laudo pericial psicológico, ou psicossocial: documento escrito, resultante da avaliação psicológica, e que deve obedecer a determinados requisitos, a ser juntado aos autos. Nesse cenário, a Psicologia, e o psicólogo, Forense, ao lado de outros profissionais, como o Assistente Social, vêm ganhando espaço no meio jurídico e participam ativamente, junto às partes e aos magistrados, nos procedimentos preparatórios que embasarão a decisão. Na busca por uma melhor prestação jurisdicional, associada, quando possível, à celeridade processual, buscou-se demonstrar que a elaboração desses laudos psicológicos para a justiça, quando feita em bases de uma equipe multidisciplinar, ou de composição interprofissional, como os descritos acima, e em constante diálogo com os operadores do Direito, pode mais bem fundamentar decisões que satisfaçam melhor às partes, produzindo nelas uma maior reflexão e um sentimento de responsabilidade e co-participação nos resultados do processo. Para alcançar esses objetivos, procedeu-se a um levantamento de julgados nas Varas de Família, circunscrição judiciária de Brasília, e Turmas Cíveis do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDF, onde foram analisados quarenta processos, de uma amostra inicial de cento e noventa e sete, julgados nos anos de 2008, 2009 e 2010, com acórdãos publicados, que continham pareceres ou laudos psicológicos e aos quais foram apresentados recursos para as turmas. Também foram levadas a efeito entrevistas com os profissionais que elaboram os laudos ou pareceres psicossociais para o TJDF e com um magistrado de uma das Varas de Família do TJDF/Brasília. Como a quase totalidade das sentenças analisadas vai ao encontro aos laudos, concluímos que quanto melhor a qualidade destes, melhor a qualidade da prestação jurisdicional. Este estudo pretende demonstrar a importância de se ter, à disposição dos magistrados, um serviço psicossocial judiciário bem estruturado, de base multidisciplinar e voltado aos interesses da sociedade. Subsidiariamente, sugerimos que esse modelo de serviço seja adotado nos demais Tribunais Estaduais, visto que a grande maioria deles não apresenta tal serviço.

**Palavras-chave:** 1. Processo civil. 2. Prova pericial. 3. Laudos psicológicos. 4. Psicologia judiciária/forense. 5. Serviço psicossocial.

## ABSTRACT

MATOS NETO, M. L. **Expert evidence in civil procedure:** psychological reports and their contribution to the effectiveness of judicial accountability. 84p. 2010. (Especialização) - Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento – ICPD. Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2010.

The Brazilian Code of Civil Procedure provides in its articles that the judge may turn to other sources of knowledge to subsidize his/her own conviction in making a decision. One of the resources at his/her disposal are expert evidences, of different hues, and among them the psychological or psychosocial expert reports, a written document resulting from the psychological evaluation, which must comply with certain requirements to be placed in the files. In this scenario, forensic Psychology and forensic psychologists, as well as other professionals such as social workers, have been gaining importance in the legal area, and participate actively with the parties and judges in preparatory procedures that will support decisions. In the search for rendering a better judicial review associated, when possible, with quick proceedings, this paper sought to demonstrate that the drafting of these psychological reports for the Courts of Justice, when done by a multidisciplinary team or a team with an interprofessional composition, as described above, and in constant dialogue with operators of law, can better substantiate decisions that best meet parties' interests, producing in them a deeper reflection and a sense of responsibility and co-participation in the results of the process. To achieve these objectives, a survey was carried out in Family Courts of the judicial district of Brasília and in Civil Classes of the Court of Justice of the Federal District and Territories-TJDFT, where forty lawsuits were analysed, of an initial sample of one hundred and ninety-seven, judged the years 2008, 2009 and 2010, with judgments published, containing expert opinions or psychological reports which resources for Civil Classes of the Court of Justice were presented. Interviews with professionals who draw up the psychosocial expert reports or opinions for the TJDFT and with judges of the family courts of the TJDFT/Brasília, were also conducted. As almost all of the decisions analyzed are in accordance with the reports, we found that the higher the quality of these, the better the quality of rendering judicial review. This paper aims at demonstrating the importance of having a well structured multidisciplinary judicial psychosocial service at the disposal of judges and turned to the interests of society. Alternatively, it is intended that such a service model is adopted in the other courts, since the vast majority of them does not provide a similar service.

**Keywords:** 1. Civil procedure. 2. Expert evidence. 3. Psychological reports. 4. Judicial/forensic psychology. 5. Psychosocial service.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CBO-MTE – Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego

CC – Novo Código Civil – Lei n.10.046/2002

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CPC – Código de Processo Civil – Lei n. 5.869/1973

CPP – Código de Processo Penal – Decreto-Lei n. 3.689/1941

CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei n. 8.069/1990

SEPSI – Secretaria Psicossocial Judiciária do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

SUAF – Subsecretaria de Atendimento a Famílias Judicialmente Assistidas do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

TJDFT – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

TJDFT/Brasília - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios / Circunscrição Judiciária de Brasília/DF

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	12
<b>1. PSICOLOGIA E DIREITO</b>	16
<b>1.1. Da Psicologia e do Direito à Psicologia Jurídica</b>	18
1.1.1. <i>A Psicologia do Direito</i>	18
1.1.2. <i>A Psicologia no Direito</i>	18
1.1.3. <i>A Psicologia para o Direito</i>	19
<b>1.2. Psicologia Jurídica e Psicologia Judicial</b>	19
<b>2. O LAUDO PERICIAL PSICOLÓGICO (Prova pericial) E O PSICÓLOGO FORENSE (Psicólogo Judicial)</b>	20
<b>2.1. O Laudo Pericial Psicológico (Prova pericial)</b>	21
<b>2.2. O Psicólogo Forense (Psicólogo Judicial)</b>	25
<b>3. O PROCESSO NAS VARAS DE FAMÍLIA E O SERVIÇO PSICOSSOCIAL JUDICIÁRIO DO TJDF</b>	27
<b>3.1. Um Estudo de Caso</b>	30
3.1.1. <i>O Laudo Psicossocial</i>	30
3.1.2. <i>A Sentença</i>	35
3.1.3. <i>A Apelação</i>	39
3.1.4. <i>O Acórdão</i>	42
3.1.4.1. <i>Ementa e Acórdão</i>	46
<b>4. PESQUISA E RESULTADOS</b>	47
<b>5. CONCLUSÃO</b>	52
<b>6. REFERÊNCIAS</b>	57
<b>APÊNDICE A – Entrevista com um juiz da Vara de Família do TJDF - Brasília (com encaminhamento via correio eletrônico)</b>	59
<b>ANEXO A - Modelo de despacho saneador utilizado por uma das Varas de Família do TJDF/Brasília para solicitação de laudo da SEPSI</b>	61

<b>ANEXO B - Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego - Relatório da Família Psicólogo e psicanalista (cód. 2515)</b>	<b>62</b>
<b>ANEXO C – LAUDO PSICOSSOCIAL</b>	<b>64</b>
<b>ANEXO D – SENTENÇA DE VARA DE FAMÍLIA</b>	<b>67</b>
<b>ANEXO E – APELAÇÃO AO TJDF</b>	<b>73</b>
<b>ANEXO F – INTEIRO TEOR DO ACÓRDÃO DE TURMA CÍVEL DO TJDF</b>	<b>80</b>
<b><i>Tabela 1 – Quantidade anual de julgados com demanda pelo Serviço Psicossocial Forense</i></b>	<b>47</b>
<b><i>Gráfico 1 – Evolução anual do número de julgados com demanda pelo Serviço Psicossocial Forense</i></b>	<b>48</b>
<b><i>Tabela 2 – Distribuição dos acórdãos analisados por ano de julgamento</i></b>	<b>49</b>
<b><i>Tabela 3 – Distribuição anual das sentenças em função de seu acolhimento ou não das conclusões e recomendações contidas no laudo psicossocial</i></b>	<b>50</b>
<b><i>Tabela 4 - Distribuição anual das sentenças em função de sua reforma pelo Órgão Colegiado.</i></b>	<b>52</b>

## INTRODUÇÃO

O Direito no Brasil, notadamente no que se refere à prestação jurisdicional, sofre, há algum tempo, com críticas em relação à sua eficiência e democratização. Com relação à eficiência, reclamam-se mais celeridade e menos burocracia no rito jurídico, especialmente no direito processual; e com relação à sua democratização, a crítica é feita no que se refere ao seu alcance e seus custos. Nesse panorama vemos que todo esforço a ser feito para que sejam evitadas impugnações, erro material ou falhas procedimentais deve ser considerado no desiderato de uma justiça mais eficaz e que sirva a todos os cidadãos que dela lancem mão, observados, é claro, os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa, do direito ao contraditório e da duração razoável do processo.

Temos assim que quando o direito, e mais especificamente o juiz, recorre a outras áreas do conhecimento e seus profissionais na intenção de formar seu próprio convencimento, não está fazendo nada mais que lançando mão de alguns dos recursos postos ao seu alcance pelo legislador na busca daquele mister.

O direito processual e a doutrina também asseveram a imprescindibilidade desses instrumentos nas funções jurisdicionais quando referem prova pericial:

Os fatos litigiosos nem sempre são simples de forma a permitir sua integral revelação ao juiz, ou sua inteira compreensão por ele, através apenas dos meios usuais de prova que são as testemunhas e documentos.

Nem é admissível exigir que o juiz disponha de conhecimentos universais a ponto de examinar cientificamente tudo sobre a veracidade e as consequências de todos os fenômenos possíveis de figurar nos pleitos judiciais.

Não raras vezes, portanto, terá o juiz de se socorrer do auxílio de pessoas especializadas, como engenheiros, agrimensores, médicos, contadores, químicos etc., para examinar as pessoas, coisas ou documentos envolvidos no litígio e formar sua convicção para julgar a causa, com a indispensável segurança.

Aparece, então, a prova pericial como o meio de suprir a carência de conhecimentos técnicos de que se ressente o juiz para apuração dos fatos litigiosos (THEODORO JR., 2002, p. 428).

É nesse campo que se encontram os peritos, os auxiliares da justiça, os exames, as vistorias, as avaliações, os laudos e os pareceres técnicos.



Todos esses recursos estão previstos na legislação como subsídios à formação de convencimento do magistrado.

No Direito Processual Civil, ainda que outras áreas do Direito como o Administrativo e o Penal também tratem do tema, o trabalho do perito e a emissão de laudos e pareceres em geral são tratados, mais detidamente, no **Capítulo V – Dos Auxiliares da Justiça, Seção II – Do Perito, artigos 145 a 147** e **Capítulo VI – Das Provas, Seção VII – Da Prova Pericial, artigos 420 a 439**, do Código de Processo Civil (CPC – Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973, com alterações). Ali estão claramente dispostos aspectos tanto da postura a ser adotada pelo profissional que emitirá o laudo ou parecer, quanto de suas limitações, impedimentos, aspectos éticos, qualificações, pré-requisitos, especialidades, assistentes, se indicados, e prazos para conclusão do seu trabalho ou escusa, por motivos “legítimos”, em fazê-lo; além de sanções, por dolo ou culpa, no caso da prestação de informações inverídicas ou não cumprimento de prazos que venham a causar dano às partes por atraso no processo.

Também a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – dedica sua **Seção III – Dos Serviços Auxiliares, artigos 150 e 151, e artigos 167 e 168<sup>1</sup>**, ao instituto da perícia psicossocial, com a previsão de recursos para sua implantação, as competências e atribuições da equipe responsável pela prestação do serviço e o modo a ser implementada; idealmente por uma equipe “interprofissional”, quando da concessão de guarda provisória, ou de adoção, sobre o estágio da convivência; ao lado da oitiva da criança, ou adolescente, sempre que possível, como suporte ao convencimento do juiz. Tavares (2006) observa que tais dispositivos são decorrência da determinação constitucional de independência

---

<sup>1</sup> **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Art. 150.** Cabe ao Poder Judiciário, na elaboração de sua proposta orçamentária, prever recursos para manutenção de equipe interprofissional, destinada a assessorar a Justiça da Infância e da Juventude.

**Art. 151.** Compete à equipe interprofissional dentre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito, mediante laudos, ou verbalmente, na audiência, e bem assim desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros, tudo sob a imediata subordinação à autoridade judiciária, assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico.

**Art. 167.** A autoridade judiciária, de ofício ou a requerimento das partes ou do Ministério Público, determinará a realização de estudo social ou, se possível, perícia por equipe interprofissional, decidindo sobre a concessão de guarda provisória, bem como, no caso de adoção, sobre o estágio de convivência.

**Parágrafo único.** Deferida a concessão da guarda provisória ou do estágio de convivência, a criança ou o adolescente será entregue ao interessado, mediante termo de responsabilidade.

**Art. 168.** Apresentado o relatório social ou o laudo pericial, e ouvida, sempre que possível, a criança ou o adolescente, dar-se-á vista dos autos ao Ministério Público, pelo prazo de cinco dias, decidindo a autoridade judiciária em igual prazo.

do Poder Judiciário – CRFB, art. 99 – com recursos das diversas áreas do conhecimento, como juristas, médicos, psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, sociólogos, educadores, policiais e outros; de difícil implantação devido a diversas dificuldades orçamentárias impostas pelo Poder Executivo. Assevera que esses profissionais prestarão assessoramento técnico-científico ao Juizado da Infância e da Juventude, de acordo com a legislação pertinente, tanto em nível federal, quanto estadual e municipal. Observa, porém, que tais subsídios só podem ser aplicados, de fato, naqueles Juizados que dispõem de equipe interprofissional, ou multidisciplinar, mas ao mesmo tempo constata que “na imensa maioria das cidades interioranas, a solução será dada ao critério prudente do juiz” (p. 172).

Os laudos periciais são meios de prova e de interface entre o Direito e outras ciências naturais, possuindo um caráter intrínseco de verdade. Para Shine,

a função de julgamento vai buscar no laudo psicológico (ou de qualquer outro especialista de outra área) subsídio que se espera de uma ordem diferente da compreensão leiga. O que legitima o trabalho do psicólogo enquanto produtor do laudo psicológico na Vara de Família é o lugar de *perito* que este vai ocupar (SHINE, 2009, p. 22).

O foco deste estudo recai sobre os laudos e pareceres psicológicos ou psicossociais que servem como elementos de prova, ou de convencimento do juiz, na fundamentação de decisões judiciais, especialmente em varas de família, e tenta estabelecer uma relação entre a qualidade/consistência desses laudos e uma melhor prestação jurisdicional, considerando-se que quanto maior, e melhor, essa qualidade/consistência, menor será o número de impugnações, recursos e reformas de decisão, contribuindo para uma decisão mais justa e mais célere.

Questão fundamental nesse caminho é definir laudo, ou parecer, psicológico e estabelecer os parâmetros pelos quais um laudo possa ser considerado bem fundamentado e, portanto, de maior qualidade ou consistência, com relação a não apresentar falhas de técnica ou problemas éticos, de modo que possa servir de suporte seguro a uma melhor prestação jurisdicional.

Os objetivos do presente trabalho são demonstrar que um serviço psicossocial judiciário bem estruturado, de base multidisciplinar e em constante diálogo com magistrados e demais serventuários da justiça pode fundamentar

decisões que satisfaçam melhor às partes, produzindo nelas uma maior reflexão e um sentimento de responsabilidade e co-participação nos resultados do processo.

Para alcançar esses objetivos, procedeu-se a um levantamento de julgados nas Varas de Família, circunscrição judiciária de Brasília, e Turmas Cíveis do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDF, onde se analisou processos que continham pareceres ou laudos psicológicos e aos quais foram apresentados recursos para turmas com base na insatisfação, ou não concordância, com esses laudos. Foram analisados julgados dos anos 2008, 2009 e 2010, com acórdãos publicados, em que a sentença de primeiro grau foi mantida ou reformada tomando-se como paradigmas os laudos.

Esperamos demonstrar com este estudo a importância de se ter, à disposição dos magistrados, um serviço psicossocial judiciário bem estruturado, de base multidisciplinar e voltado aos interesses da sociedade. Subsidiariamente, busca-se, em alguma medida, que tal modelo de serviço seja estendido os demais tribunais estaduais.

O presente trabalho foi então estruturado em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, tentamos estabelecer em que ponto se encontra o diálogo Psicologia-Direito. Como essas ciências têm-se relacionado historicamente, quais seus misteres e seus pontos de contato ou atrito. Também buscamos aprofundar as questões atinentes à Psicologia Judiciária, seu potencial e como é concebida pelos operadores do direito. O segundo capítulo procura descrever o que seja um laudo ou parecer psicológico, enquanto prova pericial para o direito processual civil. Como é definido na lei, como é conceituado pela doutrina e com que forma se apresenta aos que dele farão uso; bem como tentamos clarificar o papel do Psicólogo Forense em direito civil. No terceiro capítulo apresentamos um estudo de caso, com a análise comparativa de um laudo, a sentença que o solicitou, a apelação interposta e o acórdão resultante do seu julgamento, cujo liame principal é o primeiro. No quarto e último capítulo são apresentados os resultados da pesquisa realizada, com as considerações relativas às mesmas e as recomendações que nos pareceram pertinentes.

## 1. PSICOLOGIA E DIREITO

A Psicologia é uma ciência relativamente nova. Sua caracterização como um ramo distinto de ciências naturais como Medicina, Filosofia ou Sociologia, só surge a partir do final do século XIX e seu estabelecimento como uma ciência em si só é reconhecido a partir dos anos sessenta no século XX. O Direito, ou as ciências jurídicas, por outro lado, datam do início da civilização, e seu estabelecimento se confunde com o próprio surgimento desta. Temos então que, apesar de suas origens diversas e difusas, ambas as ciências têm destino comum, pois tratam do comportamento humano em última análise: “dois mundos condenados a entender-se” (Sobral, 1994 apud Trindade, 2004, p. 22). Para o primeiro,

[...] a psicologia vive obcecada pela compreensão das chaves do comportamento humano, enquanto o direito é o conjunto de regras que buscam regular esse comportamento, prescrevendo condutas e formas de soluções de conflitos, de acordo com os quais deve plasmar-se o contrato social em que se sustenta a vida em sociedade (SOBRAL, 1994, apud TRINDADE, 2004, p. 22).

Alves (2000), por seu turno, condena o que ele chama de compartimentalização das ciências – a formação do “especialista” em detrimento de sua interpenetração como fonte de crescimento.

Notadamente na questão dos auxiliares da Justiça, especialmente na participação do perito, cabe a questão sobre se seria o Direito uma ciência tão autônoma e independente, a ponto de desprezar os demais ramos do saber. A própria legislação vigente tem a resposta a essa questão quando elenca as demais áreas da ciência como cessionárias dos profissionais que emprestarão seu conhecimento como auxiliares no convencimento de verdade dos fatos do juiz. Como assevera Theodoro Jr. (2002), “perito é um auxiliar eventual do juízo, que assiste o juiz quando a prova do fato litigioso depender de conhecimento técnico ou científico”, ou seja, é inerente ao Direito socorrer-se de outras ciências na formação de sua convicção, ainda que somente a ele seja atribuída autoridade e, com ela, o poder coercitivo. Talvez resulte dessa característica um certo isolamento que o próprio Direito se impõe, em nome da segurança jurídica, quando procura aplicar ao fato concreto a norma abstrata.

É importante observar, no entanto, que a Psicologia, talvez em nome dessa mesma “segurança”, tem fraquejado por falta da necessária

profundidade e consistência filosófica, e também procura de algum modo isolar-se em sua conceituação e dogmas como forma de individuação. Compreende-se então, que se no seio da própria psicologia não há uma clara definição do seu objeto de estudo ou, pelo menos, de seu modo de abordagem e de seus instrumentos e métodos, então, por que deveria a Justiça aceitar seus resultados de forma inquestionável? Seria, assim, deveras importante trazer o aparato jurídico para esse debate ou, pelo menos chamar sua atenção. Basta considerar, como Trindade (2004), que a “ciência da pós-modernidade se produz mais por ligações que por isolamentos”.

Nesse contraditório contexto, em que as ciências jurídicas se encontram, historicamente, em uma condição epistemologicamente hegemônica, a psicologia jurídica só vem a lume a partir da dura realidade, juntamente com outras ciências, numa condição de disciplina auxiliar do direito. Para Clemente, a psicologia jurídica

É o estudo do comportamento das pessoas e dos grupos enquanto têm a necessidade de desenvolver-se dentro de ambientes regulados juridicamente, assim como da evolução dessas regulamentações jurídicas ou leis enquanto os grupos sociais se desenvolvem neles (CLEMENTE apud TRINDADE, 2004, p. 25).

Vemos assim que a psicologia tem uma perspectiva muito mais avançada em relação ao seu papel como ciência social que lida diretamente com o comportamento humano, individual e coletivo, não se restringindo a mera auxiliar no acompanhamento da evolução social, mas buscando um papel ativo tanto no trato das relações interpessoais socialmente reguladas, quanto no próprio desenvolvimento desses mecanismos de regulação. Essa abordagem transparece inclusive em resoluções e regulamentações do Conselho Federal de Psicologia quando, interpretando o estatuído na Classificação Brasileira de Ocupações - MTE, atribuiu ao psicólogo, entre outras, a prerrogativa de atuar junto aos órgãos legislativos e judiciários no assessoramento dessas duas funções: “fornecer subsídios ao processo judicial, além de contribuir para a formulação, revisão e interpretação das leis”.

### 1.1. Da Psicologia e do Direito à Psicologia Jurídica

Com relação à eficácia jurídica, e no desiderato de alcançá-la, exerce importante papel a ideia de que todo o Direito, ou grande parte dele, está impregnado de componentes psicológicos, o que justificaria a contribuição da Psicologia às questões jurídicas.

No Brasil, a atuação do psicólogo na área jurídica teve seu início marcado pelo enfoque da aplicação da Psicologia Científica ao Direito Positivo, como disposto em nossos códigos legais (BERNARDI, 1999, p. 103). Especialmente na área criminal, voltada para exames, diagnósticos e processos de investigação, em uma abordagem estritamente pericial, com vistas a oferecer unicamente subsídio ao juiz para uma decisão mais justa. Era mais uma “Psicologia do Testemunho” (STERN, 1903 In: ANASTASI, 1972: 74 apud BERNARDI, id., ib.), valendo-se de um modelo médico.

Alertando para o perigo das classificações, Muñoz Sabaté (1980 apud Trindade, 2004) estabelece três grandes caminhos para o método psico-jurídico. Neles ele analisa a posição que cada uma das ciências assume em relação à outra, tendo em vista o papel que irão desempenhar.

#### 1.1.1. A Psicologia do Direito

Cujo fim principal seria o de tentar explicar a essência do fenômeno jurídico, isto é, a fundamentação psicológica do direito, já que este está repleto de conteúdos psicológicos. Essa investigação psicológica do direito denomina-se psicologismo jurídico de formulação eminentemente teórica.

#### 1.1.2. A Psicologia no Direito

Que se preocuparia com a “estrutura das normas jurídicas enquanto estímulos vetores das condutas humanas” (idem, ibidem). Nessa perspectiva considera-se que as normas jurídicas visam a produzir ou evitar determinados comportamentos ou condutas e, por isso, comportam inúmeros conceitos de natureza psicológica. Nessa visão, a psicologia no direito denota-se prática e aplicada à realidade.

### 1.1.3. A Psicologia para o Direito

Esta sim a psicologia que funcionaria como ciência auxiliar do direito, ao lado de outras ciências como a medicina legal, a engenharia legal, a economia, a contabilidade, a antropologia, a sociologia e a filosofia, dentre outras. Essa é a psicologia requisitada pelos magistrados a auxiliar e ajudar na elucidação das questões relativas aos fins do direito.

## 1.2. Psicologia Jurídica e Psicologia Judicial

Muñoz (id., ib.) também considera, como preconiza o CFP, que os conhecimentos que a psicologia jurídica pode acrescentar ao mundo jurídico podem ser praticados de duas maneiras. A primeira seria na forma de assessoramento jurídico, contribuindo na formulação de leis mais adequadas ao conjunto da sociedade. A segunda seria na forma de assessoramento judicial, colaborando na organização do sistema de administração da justiça.

Note-se que psicologia jurídica não se confunde com psicologia judicial, forense ou legal e historicamente sempre foi importante diferenciar as duas modalidades de atuação. Pois, enquanto a psicologia jurídica trata dos fundamentos psicológicos da justiça e do direito, a psicologia judicial preocupa-se com o estudo e aplicação dos processos psicológicos à prática do jurista. Deve-se ressaltar, no entanto, que, embora com históricos distintos, a psicologia jurídica e judicial são, na realidade, inseparáveis. Há que se considerar, inclusive, a supressão dessa distinção terminológica, ainda que seja, no universo do direito, mais freqüente a utilização do termo *psicologia jurídica*, enquanto o termo *psicologia judicial* tem sido mais comumente empregado no âmbito dos psicólogos.

Na pesquisa de campo, inclusive entrevistas, o que notamos foi a utilização mais corriqueira do termo *psicologia (ou psicólogo) forense*, como derivação do termo *psicologia judicial*, até mesmo em nível institucional. Isso provavelmente é devido ao fato de toda a Secretaria Psicossocial Forense do TJDFT ser gerenciada por psicólogos ou assistentes sociais, o que vem ao encontro do que foi explanado acima.



Parece então, como defende Trindade (2004), haver chegado o momento de se arrancar a psicologia da posição de “ciência meramente auxiliar do direito e constituí-la num ramo do pensamento e da aplicação do direito” (p. 27). Mira y Lopez (2000, apud TRINDADE, 2004), nessa mesma senda, define a psicologia jurídica “*como a psicologia aplicada ao melhor exercício do direito*” (p. 27), em que se podem incluir, por exemplo, estudos acerca da dinâmica psicossocial das decisões judiciais.

Essas colocações conduzem à constatação de que a “Psicologia Jurídica é importante não somente ao Direito, mas principalmente essencial à Justiça”. Pois ambos, psicologia e direito, são necessários para se atingir a Justiça, já que compartilham o mesmo objeto: o homem e seu bem-estar.

Neste estudo tentamos destacar um ponto observável dessa relação, que mostra como o trabalho conjunto de magistrados e profissionais da área psicossocial traduzem, na prática, esse tipo de abordagem. Mais adiante, com o cotejo de entrevistas, laudos e sentenças, pretendemos voltar a discutir essas questões com o fim de melhor clarificá-las.

## **2. O LAUDO PERICIAL PSICOLÓGICO (Prova pericial) E O PSICÓLOGO FORENSE (Psicólogo Judicial)**

O laudo, como já dissemos, até por uma questão de limitação técnica do juiz, é, reconhecidamente, importante ferramenta de auxílio do magistrado na sua busca da verdade dos fatos, seu consequente convencimento e sua aplicação ao caso concreto. O problema que se nos apresenta é o de tentar descobrir em que medida ele é, senão a fonte exclusiva desse convencimento, a principal variável considerada pelo julgador, em que pese a existência de diversos outros fatores a serem analisados na demanda, ainda que sua elaboração padeça de diversos problemas a serem discutidos neste trabalho.

Nesse contexto, a linguagem, no caso a escrita, e a forma pela qual os psicólogos-peritos a manejam, assumem importância crítica na transmissão e apreensão dos resultados da avaliação psicológica com o fim de subsidiar a prestação jurisdicional. A definição de termos e sua utilização específica propiciam maior segurança ao perito, ao julgador e às partes, tornando mais eficiente o trabalho pericial. O trabalho desses profissionais de ciências sociais



e humanas, distintos dos operadores do direito em sentido lato, vem ganhando cada vez mais espaço no meio jurídico, e sua, cada vez maior, interação com ele tem-se mostrado extremamente benéfica à prestação jurisdicional como um todo.

## 2.1. O Laudo Pericial Psicológico (Prova pericial)

Diversos são os conceitos de laudo pericial, como encontramos em Zarzuela et al. (2000, p. 35-6), segundo o qual para o dicionarista Aurélio Buarque de Holanda Ferreira “laudo constitui uma peça escrita, fundamentada, na qual os peritos expõem as observações e estudos que fizeram e registram as conclusões da perícia”<sup>2</sup>; adiante o autor coloca que para Moacyr A. Santos, laudo constitui o parecer, fundamentado, emitido pelo perito sobre a matéria que lhe foi submetida a exame. O laudo pericial conteria a “documentação da perícia”, onde se registram “os fatos ocorridos, as operações realizadas e as conclusões” de peritos e assistentes técnicos; ainda segundo o autor, para José Frederico Marques “laudo pericial é a exposição da perícia e seu resultado”, com as conclusões fundamentadas do perito, tendo em vista os requisitos das partes e do juiz. De acordo com o disposto no art. 145, caput, do CPC, laudo é o documento apresentado por escrito onde se expõe a atividade desenvolvida pelo perito<sup>3</sup>, no âmbito do processo, como auxiliar da justiça e do juiz que a ele, e seu conhecimento técnico ou científico, se socorre na instrução da causa para formação de seu convencimento. O resultado das investigações, pesquisas, exames e diligências efetuadas pelo perito será apresentado em um instrumento denominado *laudo pericial*.

O modelo de laudo pericial adotado na legislação brasileira, relativamente aos princípios de avaliação da perícia, diz respeito ao sistema jurídico liberatório (art. 182 do CPP e 436 do CPC)<sup>4</sup>, isto é, confere ao juiz condições de aceitar ou não, na íntegra ou parcialmente, o laudo pericial ou parecer apresentado. Tal arbítrio dado ao juiz não é, no entanto, de caráter

<sup>2</sup> No Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa o termo **laudo**, oriundo da 1ª. pes. sing. do latim *laudare* (eu louvo, aprovo), é definido como “texto contendo parecer técnico (de médico, engenheiro, etc.)” e, “suporte”, por extensão, “(...folha de papel, documento) em que está exarado tal parecer”.

<sup>3</sup> **Art. 145, caput, CPC** — Quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico, o juiz será assistido por perito, segundo o disposto no art. 421.

<sup>4</sup> **Art. 182, do CPP** — O juiz não ficará adstrito ao laudo, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte.

**Art. 436, do CPC** — O juiz não está adstrito ao laudo pericial, podendo formar a sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos.

absoluto, pois há casos em que o juiz é obrigado por lei a ordenar a perícia e, conseqüentemente, acatar as conclusões contidas no laudo pericial – entendimento dos artigos 158 do CPP e 145, *caput*, do CPC<sup>5</sup> (ZARZUELA; MATUNAGA; THOMAZ, 2000, p. 237).

Nessa questão, três aspectos principais devem ser observados quanto a:

- a. Conveniência – o juiz solicita ou não o laudo pericial, tendo em vista outros meios de prova. Contudo, como assevera Zarzuela et al. (2000), há casos em que ele é obrigado a solicitar o laudo, sob pena de nulidade do processo<sup>6</sup>.
- b. Procedimento – o juiz tem liberdade para apontar determinados objetivos a serem alcançados com o laudo, ainda que a lei lhe determine a presença de curador e a suspensão do processo até o restabelecimento do interdito, por exemplo.
- c. Avaliação – o juiz sempre é livre relativamente à avaliação do laudo, embora nas questões que envolvam matéria especializada, de natureza técnica, científica ou artística, dificilmente ele possa recusá-lo, exceto em caso de erro por culpa ou dolo. Casos em que pode requisitar perícia complementar ou nova perícia<sup>7</sup>.

Segundo a Resolução CFP n. 007/2003, do Conselho Federal de Psicologia, que institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, o documento escrito resultante de avaliação psicológica, relatório ou laudo psicológico é uma apresentação descritiva

<sup>5</sup> **Art. 158, do CPP** – Quando a infração penal deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.

**Art. 145, caput, do CPC** – vide nota da página 10.

<sup>6</sup> **Art. 1.183, caput, do CPC** – Decorrido o prazo a que se refere o artigo antecedente, o juiz nomeará perito para proceder ao exame do interditando. Apresentado o laudo, o juiz designará audiência de instrução e julgamento.

**Art. 149, caput, do CPP** – Quando houver dúvida sobre a integridade mental do acusado, o juiz ordenará, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do defensor, do curador, do ascendente, descendente, irmão ou cônjuge do acusado, seja este submetido a exame médico-legal.

<sup>7</sup> **CPC: Art. 437** - O juiz poderá determinar, de ofício ou a requerimento da parte, a realização de nova perícia, quando a matéria não lhe parecer suficientemente esclarecida.

**Art. 438** - A segunda perícia tem por objeto os mesmos fatos sobre que recaiu a primeira e destina-se a corrigir eventual omissão ou inexatidão dos resultados a que esta conduziu.

acerca de situações e/ou condições psicológicas e suas determinações históricas, sociais, políticas e culturais, pesquisadas no processo de avaliação psicológica. Como todo documento, deve ser subsidiado em dados colhidos e analisados, à luz de um instrumental técnico (entrevistas, dinâmicas, testes psicológicos, observação, exame psíquico, intervenção verbal), consubstanciado em referencial técnico-filosófico e científico adotado pelo psicólogo.

A elaboração desses documentos tem como princípios norteadores os *princípios técnicos da linguagem escrita*, que dizem respeito à estrutura do documento, sua objetividade, clareza, concisão, inteligibilidade, correção gramatical, harmonia entre as frases; utilizando-se o psicólogo de linguagem profissional e precisão na comunicação das conclusões, sem perder de vista a quem são dirigidas. Os *princípios éticos*, em que o psicólogo baseará suas informações na observância dos princípios e dispositivos do Código de Ética Profissional do Psicólogo, enfatizando aqui os cuidados em relação aos deveres do psicólogo nas suas relações com a pessoa atendida, ao sigilo profissional, às relações com a justiça e ao alcance das informações – identificando riscos e compromissos em relação à utilização das informações presentes nos documentos em sua dimensão de relações de poder. E *princípios técnicos*, em que o processo de avaliação psicológica deve considerar que os objetos deste procedimento – as questões de ordem psicológica – têm determinações históricas, sociais, econômicas e políticas, sendo, as mesmas, elementos constitutivos no processo de subjetivação. O documento, portanto, deve considerar a *natureza dinâmica, não definitiva e não cristalizada* do seu objeto de estudo.

De nossa parte, temos que o laudo pericial psicológico teria o escopo de ser um “retrato”, o mais fidedigno possível, de uma realidade específica, ainda que suas conclusões possam ser utilizadas em prognósticos e na prospecção de uma dinâmica psicossocial futura. Assim, por meio dos laudos psicológicos, procurar-se-ia estabelecer um diagnóstico psicológico-social do indivíduo, produzindo-se um relato de sua condição.

A título de exemplificação, vemos que as conclusões de laudos psicossociais, utilizados em consonância com outros dispositivos legais, podem

interferir diretamente nas pretensões da parte. Vide exemplo do Direito Processual Penal:

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME CASSADA PELA CORTE DE ORIGEM. MÉRITO AO BENEFÍCIO NÃO DEMONSTRADO. **EXAME PSICOSSOCIAL DESFAVORÁVEL**. DADOS CONCRETOS. COAÇÃO ILEGAL NÃO CONFIGURADA. ORDEM DENEGADA. (grifo nosso).

1. Embora a nova redação do art. 112 da LEP tenha facultado ao juiz da execução deferir a progressão prisional apenas com base no desconto de um sexto da pena e no atestado de bom comportamento carcerário, não lhe vedou a aferição do mérito ao benefício por outros elementos.

2. [...]

3. Ordem denegada.

(Processo STJ HC 141717/RS. HABEAS CORPUS 2009/0135396-0. Relator Ministro JORGE MUSSI (1138). Órgão Julgador T5 - QUINTA TURMA do STJ. Data do Julgamento 05/10/2010. Data da Publicação/Fonte DJe 18/10/2010).

Outra questão fundamental na emissão de laudos psicológicos para a justiça, e que os diferencia sobremaneira de laudos terapêuticos, diz respeito à comunicação dos resultados, ou do que foi aferido. Na prática forense corrente, conforme relatos dos profissionais produtores dos laudos, as conclusões da equipe só são comunicadas às partes envolvidas após a ciência do juiz que é, na verdade, o destinatário principal dessas conclusões. Ou seja, na prática são “peritos do juiz”. O procedimento processual é, após a juntada dos laudos aos autos, citarem-se as partes para a ciência daquelas conclusões e, quando for o caso, recomendações ali contidas.

Nesse ponto, e tendo em vista que o destinatário principal dos laudos e suas conclusões é o juiz, podemos dizer que o discurso utilizado nessas formulações deve ser o menos contaminado possível por idiossincrasias do profissional – outra vantagem da equipe multidisciplinar –, devendo-se evitar dogmas, uso do senso comum, emissão de juízo de valor, incorreções teóricas e técnicas, impropriedade na escrita e no uso de termos. O texto deve buscar ser objetivo, coerente e consistente. “Portanto, quanto mais preciso o discurso psicológico puder ser na identificação das *questões psico-legais*, maior será sua utilidade, pois tal discurso será de uma matéria mais homogênea ao discurso jurídico” (SHINE, 2009, p. 206). Assim, a função primordial do laudo psicológico endereçado ao juiz é a de promover um distanciamento seguro

deste para com o drama familiar, colocando conflitos e demandas em termos racionais e objetiváveis.

## 2.2. O Psicólogo Forense (Psicólogo Judicial)

Posto isso, surge uma segunda questão, tão vital para o entendimento desse processo quanto a da definição de laudo psicológico, que é a de se saber quais são os profissionais que estão aptos a elaborar esses laudos para a justiça.

A prática tem demonstrado que, nos Tribunais de Justiça estaduais onde funcionam serviços psicossociais forenses, normalmente os laudos são elaborados por uma equipe, geralmente composta de psicólogo e assistente social – mas que também pode abrigar outros profissionais da área da saúde –, onde são feitas discussões conjuntas de casos, sendo o laudo ou parecer assinado também conjuntamente.

Bernardi (in BRITO, 1999) destaca que a importância da presença do psicólogo nas instâncias judiciais deve-se à possibilidade dele abordar “as questões da subjetividade humana”, das particularidades dos sujeitos e das relações nos problemas psicossociais, expressos perante o juiz, com o contexto social e político que as definem.

Conforme a CBO-MTE (Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego), a denominação *Psicólogo jurídico* (código 2515-25) engloba o *Psicólogo criminal* e o *Psicólogo forense* e estabelece alguns paradigmas para a atuação desses profissionais. Entre eles, estabelece, por exemplo, para o **psicólogo forense**, que este atua no âmbito da Justiça, [...] avalia as condições intelectuais e emocionais de crianças, adolescentes e adultos em conexão com processos jurídicos, seja por deficiência mental ou insanidade, [...] posse e guarda de crianças, [...] atua como perito judicial nas varas cíveis, criminais, Justiça do Trabalho, da Família, da Criança e do Adolescente, elaborando laudos, pareceres e perícias, para serem anexados aos processos, a fim de realizar atendimento e orientação a crianças, adolescentes, detentos e seus familiares; [...] realiza atendimento psicológico a indivíduos que buscam a Vara de Família, fazendo diagnósticos e usando terapêuticas próprias, para organizar e resolver questões levantadas; participa de audiência, prestando informações, para esclarecer aspectos técnicos em

psicologia a leigos ou leitores do trabalho pericial psicológico. [...] Pode realizar pesquisa visando à construção e ampliação do conhecimento psicológico aplicado ao campo do direito. [...] Pode auxiliar juizados na avaliação e assistência psicológica de menores e seus familiares, bem como assessorá-los no encaminhamento as terapias psicológicas quando necessário.

Entre as competências pessoais exigidas do psicólogo forense a CBO-MTE relaciona manter sigilo profissional, capacidade de trabalhar em equipe, capacidade de manter imparcialidade, respeitar seus limites de atuação, [...] ouvir ativamente, [...] respeitar valores e crenças dos clientes, capacidade de observação [...] capacidade de visão sistêmica [...] capacidade de visão holística.

Com relação à formação e experiência dos profissionais que atuam na área, preconiza que é exigido o nível superior completo e experiência profissional que varia segundo a formação. Para os psicólogos, de um modo geral, pede-se de um a quatro anos, como é o caso do psicólogo clínico. Para o psicanalista é necessário, no mínimo, cinco anos de experiência. Cursos de qualificação [...] de mais de quatrocentas horas-aula para os psicólogos jurídicos, psicanalistas e neuropsicólogos, [...]. Enfim, a formação desses profissionais seria um conjunto de atividades desenvolvidas por eles, mas os procedimentos são diferentes quanto a aspectos formais relacionados às instituições que os formam.

Também são diferentes as demandas das diversas áreas de especialização do Direito Processual como um todo, especialmente quanto à aplicação de suas conclusões. Assim, enquanto em Varas de Família a utilização dos laudos cinge-se a determinados aspectos da dinâmica familiar, nas Varas Criminais e da Infância e da Juventude, por exemplo, busca-se outro tipo de subsidio, ainda que em muitos pontos esses objetivos tangenciem-se.

O Código de Processo Civil, em seu artigo 145, §§ 1º e 2º<sup>8</sup>, assevera que os peritos serão escolhidos entre profissionais de nível universitário, devidamente inscritos no órgão de classe competente e deverão comprovar

<sup>8</sup> **Art. 145** - Quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico, o juiz será assistido por perito, segundo o disposto no art. 421.

§ 1º - Os peritos serão escolhidos entre profissionais de nível universitário, devidamente inscritos no órgão de classe competente, respeitado o disposto no Capítulo VI, seção VII, deste Código.

§ 2º - Os peritos comprovarão sua especialidade na matéria sobre que deverão opinar, mediante certidão do órgão profissional em que estiverem inscritos.

sua especialidade na matéria sobre a qual opinarão. Nesse particular, é importante notar,

Já se decidiu que a perícia realizada por profissional com habilitação diversa daquela pretendida por uma das partes, se cumpriu sua finalidade de auxiliar o juiz na compreensão das alegações do processo, não é nula – STJ, 1ª Turma, REsp 781.514/CE, rel. Min. Francisco Falcão, j. em 28.09.2005, DJ 14.11.2005. (MARINONI; MITIDIERO, 2010, p. 187).

No entanto, a prática forense aponta na direção de que a institucionalização de um serviço especializado, eminentemente técnico e composto por profissionais das áreas específicas a serem demandadas, nos termos do CPC, vem ganhando cada vez mais espaço e credibilidade entre magistrados e operadores do direito em geral.

Isso tudo redundando em que se pode considerar como tarefa capital do profissional de psicologia junto à Justiça, a de assessorar o magistrado na sua distribuição. Essa atuação, para ser mais efetiva, precisa se dar em consonância com a equipe interprofissional, junto ao Serviço Social, ao Ministério Público e ao juiz.

### **3. O PROCESSO NAS VARAS DE FAMÍLIA E O SERVIÇO PSICOSSOCIAL JUDICIÁRIO DO TJDF**

A Secretaria Psicossocial Judiciária do TJDF (SEPSI) funciona atualmente no Fórum José Julio Leal Fagundes, SMAS trecho 03, lotes 4/6, bloco 2, 2º andar, Brasília – DF. Está subordinada à Secretaria-Geral do TJDF e tem por missão precípua assistir a todas as unidades do Tribunal em matéria de natureza psicossocial. Sua implantação data de 1992 e é resultante de uma demanda que sempre existiu entre os magistrados, especialmente os das Varas de Família, mas também de outras áreas, por reconhecerem a importância, em seu ofício, do auxílio de profissionais das áreas de Psicologia e Serviço Social. A estrutura organizacional onde está inserida oferece ao serviço maior desvinculação do saber técnico das decisões administrativas.

Solicitamos um encontro com profissionais da SEPSI com o fim de clarificar alguns procedimentos da rotina desses profissionais, bem como questões de abordagem teórica.



Fomos recebidos por dois profissionais da equipe técnica responsável pela emissão dos laudos requisitados pelos juízes, um psicólogo e uma assistente social. Essa requisição pode vir de qualquer uma das trinta e duas Varas de Família espalhadas por diversas cidades do Distrito Federal, ou outras como as Varas da Infância e da Juventude, Varas Criminais ou mesmo da administração do Tribunal. Em Brasília funcionam sete Varas de Família, na sede do TJDF, Fórum Des. Milton Sebastião Barbosa, localizada na Praça Municipal, lote 1 (“Praça do Buriti”).

Os psicólogos judiciários, e também outros profissionais, atuantes nas varas de família do TJDF/Brasília são servidores contratados por concurso público, pertencentes ao quadro permanente de servidores do Tribunal e, comumente, são designados (ou requisitados) pelos juízes para atuarem como peritos em processos contenciosos que envolvam decisões sobre o futuro de filhos, normalmente em questões de divórcio onde não haja acordo sobre a guarda dos e/ou *regime de convivência*<sup>9</sup> com filhos menores.

Os profissionais declararam que o trabalho é sempre desenvolvido em grupo, comumente um psicólogo e um assistente social, quando é feita a discussão dos casos e emitido um parecer único, assinado pelos dois profissionais. Essa associação fundamenta-se na ideia de que no procedimento são “dois saberes” atuando em conjunto, possibilitando óticas diferentes para um mesmo quadro, que se auxiliam e se complementam. Nesse contexto são de suma importância a supervisão e a reciclagem dos profissionais.

Quanto à abordagem teórica, eles declararam utilizar a Teoria Sistêmica que, grosso modo, adota uma visão de ser humano que não pode ser concebida sem que sejam consideradas suas relações, tanto em família, quanto com o par, quanto amigos, etc. Essa abordagem procura considerar todos os agentes envolvidos na demanda, de modo que se possa chegar a uma solução o mais satisfatória possível a todas as partes envolvidas. Nesse ponto, segundo a Dra. Marília Lobão Ribeiro, Secretária da SEPSI (RIBEIRO in BRITO, 1999), o serviço precisou fazer um rearranjo na sua forma de abordagem e de atuação. Ela descreve que, quando da implantação do serviço, o papel dos profissionais era conhecer a realidade psicossocial das partes, intervindo o mínimo possível na situação avaliada, produzindo um

<sup>9</sup> Inteligência do novo CC (arts. 1.583 e 1.584) em substituição a *regime de visitação*.



relatório e oferecendo sugestões ao magistrado sobre quem estaria melhor aparelhado, do ponto de vista técnico, para assumir a guarda dos filhos menores. Com a prática, os profissionais passaram a vislumbrar novas possibilidades de atuação, de modo a aprofundar a compreensão do litígio e possibilitar relações mais funcionais entre os litigantes. No entanto, de acordo com LIMA e RODRIGUES (1998, p. 5 apud RIBEIRO, in BRITO, 1999, p. 163).

O Juiz, enquanto árbitro nas decisões envolvendo litígios, sentencia a favor de uma das partes, negando, necessariamente, o pedido da outra. Nós, enquanto peritos, atendendo a essa qualidade de pedido do Juiz, terminávamos por propiciar a exacerbação do litígio, na medida em que fornecíamos argumentos técnicos, por meio da nossa avaliação, para as famílias darem continuidade aos processos judiciais, através de seus Advogados.

Assim, apesar de auxiliar o juiz no processo decisório, a atuação dos profissionais não promovia “uma melhor qualidade nas relações entre as partes” e ainda podia oferecer argumentos para novos conflitos, por meio do conteúdo dos pareceres. Ademais, as decisões eram tomadas sem a efetiva participação das famílias, em papel por demais passivo no deslinde da sua demanda, sem responsabilidade pela solução ou continuidade do conflito.

Foi então necessário fazer com que as famílias passassem a se sentir protagonistas de um processo cuja solução, a priori, deveria ter sido encontrada por elas, mas que foi trazida a juízo, para que o juiz encontrasse a solução de que eles não foram capazes. Dessa forma, passou-se a conceber o litígio como um pedido de ajuda, e esse passou a ser o lócus de atuação dos profissionais da SEPSI.

Passou-se, então, a privilegiar o atendimento conjunto das partes e, segundo os profissionais, torná-las co-responsáveis pelas decorrências do processo, permitindo-lhes maior reflexão.

Atualmente, nossos pareceres descrevem a dinâmica familiar das partes, mostrando a complementariedade nesta relação e a co-responsabilidade de ambos na manutenção dos sintomas. E como os profissionais buscam o consenso entre as partes, procuramos finalizar o parecer técnico com a sugestão construída pela família em detrimento daquela imposta pelo profissional. Somente quando esse acordo resta impossível é que se oferece ao Magistrado uma sugestão baseada na visão do Técnico, porém discutida e-explicada para a família (RIBEIRO, idem, p. 167).

O laudo ou parecer, no entanto, por questões processuais, só é divulgado às partes, posteriormente à ciência do juiz (“peritos do juiz”), que é a

quem se dirige primeiramente. As partes são citadas, tanto antes da confecção dos laudos, para indicarem assistente técnico ou elaborarem quesitos<sup>10</sup>, quanto após sua elaboração e juntada aos autos, para dele terem ciência (anexo A).

### 3.1. Um estudo de caso

Depois de tomarmos conhecimento da mecânica de concepção e confecção dos laudos, passamos à análise de documentos para confrontarmos o caso concreto, paradigma da pesquisa de campo, no qual todas essas assertivas podem encontrar eco ou não, com todo esse cabedal teórico e descrições sobre o tema.

O presente trabalho teve como estudo de caso a análise das peças de um processo de uma Vara de Família do qual se extraiu o laudo da SEPSI (Anexo C), a sentença proferida com base nesse laudo (Anexo D), a apelação cível ao Tribunal, contestando a sentença e o laudo (Anexo E), e o inteiro teor do acórdão resultante do julgamento dessa apelação (Anexo F).

#### 3.1.1. O Laudo Psicossocial

Abaixo apresentamos um laudo da SEPSI, apresentado, a requerimento do juiz, a um litígio em que se discute a troca de guarda de menor, solicitada pelo pai. Ele é assinado por dois servidores dos quadros do TJDF, um psicólogo e uma assistente social.

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS SECRETARIA JUDICIÁRIA SEPSI CIRCUNSCRIÇÃO PSICOSSOCIAL JUDICIÁRIA DE TAGUATINGA
SUBSECRETARIA DE ATENDIMENTO A FAMÍLIAS JUDICIALMENTE ASSISTIDAS - SUAF
SERVIÇO DE ATENDIMENTO A FAMÍLIAS COM AÇÃO CÍVEL - SERAF SUL  <p style="text-align: center;"><b>PARECER TÉCNICO Nº XXX.2009</b></p> <p><b>I - IDENTIFICAÇÃO</b>          Caso n.: XXX-X/2009</p>

<sup>10</sup> **Art. 421** - O juiz nomeará o perito, fixando de imediato o prazo para a entrega do laudo.

§ 1º - Incumbe às partes, dentro em 5 (cinco) dias, contados da intimação do despacho de nomeação do perito:

I - indicar o assistente técnico;  
 II - apresentar quesitos.

Processo n.: 2008.XX.X.XXX.XXX-X  
Vara: Vara Cível, Família, Órfãos e Sucessões  
Juiz: Dr.  
Ação: Modificação de Guarda  
Requerente: R.V.  
Requerida: C.S.  
Adolescente em questão: S.R.

## II - PROCEDIMENTOS

Os presentes autos foram encaminhados a estes profissionais em 08-09-09, constando despacho na fl. XX, no seguinte teor: "( ...) determino sejam os autos remetidos ao Setor Psicossocial Forense, a fim de que apresentem laudo após entrevista com as partes envolvidas e o menor". Para o cumprimento do despacho foram adotados os seguintes procedimentos técnicos:

**11-09-09** - realizado atendimento com os genitores de S.R., Sr. R.V. requerente, e Sra. C.S., requerida;

**17-09-09** - realizados atendimentos com S., adolescente em questão, e com o Sr. R. e Sra. C., na seguinte ordem:

1º S.;

2º Sr. R. e Sra. C.

## III-ANÁLISE TÉCNICA

O requerente, Sr. R., 59 anos, casado, advogado, informou renda mensal de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), e residir com sua esposa, Sra. M.G., 42 anos, professora, sem renda informada.

A requerida, 36 anos, divorciada, auxiliar administrativo, informou renda mensal de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais), e residir com as filhas: J., 18 anos, auxiliar administrativo, renda mensal informada de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais), e S., 12 anos, estudante, adolescente em questão.

De acordo com os relatos, O Sr. R. e a Sra. C. se conheceram durante a infância. No ano de 1996, eles começaram o relacionamento afetivo, o qual teve uma duração de oito anos e meio. S., única filha do casal, nasceu após dois anos de relacionamento, quando o par parental já estava coabitando. A separação legal se deu no ano de 2005, vez que, segundo o Sr. R., a

relação já estava muito desgastada em razão dos ciúmes excessivos da então companheira. Por sua vez, a Sra. C. relacionou o desgaste da união conjugal a possíveis episódios de infidelidade por parte do ex-companheiro, a diferença de idade entre ambos e também à interferência de alguns familiares. Após a separação do par parental, S. continuou residindo com a mãe e a irmã e os contatos pai/filha permaneceram ocorrendo de forma livre e frequente, sendo essa a organização que ora se apresenta.

Quanto aos motivos para a presente Ação, o Sr. R. informou que partiu de um pedido que lhe foi apresentado pela filha através de uma carta, bem como de outras queixas posteriores. Segundo ele, a adolescente teria relatado maus tratos por parte da mãe e da irmã mais velha, além de apresentar prejuízos no rendimento escolar. Por sua vez, a Sra. C. disse que a filha manifestou o desejo de morar com o pai no ano passado, sempre nas ocasiões em que lhe eram atribuídas algumas tarefas domésticas. Segundo a requerida, S. teria escrito a carta ao pai, fl. 13 dos autos, após um episódio de desentendimento entre elas, entendendo que esta foi apenas uma alternativa encontrada pela adolescente para não colaborar com as responsabilidades de casa. Ela disse que, de fato, vivenciou momentos difíceis na relação com S., provavelmente em função dos conflitos entre o par parental, mas avalia que as dificuldades foram superadas, razão pela qual ela acredita que a atual organização deve ser mantida.

No atendimento com S., percebeu-se uma adolescente inteligente, comunicativa, e vinculada afetivamente aos genitores e aos demais membros das famílias ampliadas. A adolescente demonstrou incômodo frente à dinâmica relacional estabelecida pelos pais e o desejo de que a disputa seja finalizada. Em atendimento, S. reconheceu e positivou o esforço da genitora para atender as necessidades dela e da irmã, demonstrando, inclusive, a compreensão de que os momentos de estresse vivenciados na relação com a senhora C. resultaram de um desgaste emocional da genitora, aparentemente em razão de uma excessiva carga laboral, bem como pelos comportamentos questionadores e sentimentos de incompreensão que caracterizam a passagem pela adolescência. Segundo Petro (1995), a partir da pré-adolescência, o jovem desenvolve uma necessidade crescente de autonomia e independência e, nessa busca apresenta-se mais sensível e suscetível aos conflitos com as

gerações hierarquicamente superiores e com as normas de comportamento que lhe são impostos (sic) pelos cuidadores diretos. Durante esse momento de mudança é necessária a renegociação e a redefinição dos papéis dentro da família. Acredita-se que, no presente caso, devido à inexistência de diálogo entre os genitores, uma dificuldade relacional-comum na adolescência acabou gerando uma disputa judicial pela guarda de S.<sup>11</sup>. Essa adolescente também demonstrou que o genitor tem participação ativa em seu desenvolvimento, inclusive propiciando condições adequadas para que ela adquira rendimento escolar satisfatório.

Foi possível constatar que a comunicação entre o par parental se mostra totalmente interrompida, o que tem impedido o diálogo acerca dos cuidados demandados pela adolescente. Percebeu-se que o Sr. R. se mostra mais resistente à retomada do diálogo, adotando decisões unilaterais em relação às necessidades apresentadas pela filha. O genitor demonstrou um foco excessivo na importância das questões financeiras para os cuidados de S., enfatizando constantemente o fato de ter uma condição social melhor, bem como condicionando os benefícios materiais que poderá conceder à filha à decisão de que ela passe a morar na residência paterna. Cabe informar que, segundo o Sr. R., a casa onde a Sra. C. reside com as filhas também está sendo objeto de litígio entre ele e a ex-companheira.

Ante as percepções apresentadas neste parecer, refletiu-se com o par parental sobre os prejuízos decorrentes de um contexto relacional caracterizado pela falta de diálogo, enfatizando-se a necessidade de diferenciação entre questões resultantes da conjugalidade e aquelas específicas das funções parentais. Durante o estudo, enfatizou-se o direito de S. de conviver harmonicamente com os membros dos dois núcleos familiares e refletiu-se, sobre a responsabilidade de ambos os genitores de contribuírem com as necessidades/cuidados dos filhos, independentemente do local de residência.

#### **IV - CONCLUSÃO**

<sup>11</sup> I Preto, N. G. (1995). Transformação do sistema familiar na adolescência. Em: Carter, B. & McGoldrick, M. (1995). As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar. Porto Alegre: Artes Médicas.

Diante do exposto e do ponto de vista psicossocial, considera-se que, no momento, a atual organização familiar, na qual S., adolescente em questão, reside com a mãe, Sra. C., e tem contatos livres e freqüentes com o pai, Sr. R., tem atendido de forma satisfatória às necessidades básicas e afetivas da adolescente. Constatou-se que S. se encontra igualmente vinculada aos dois genitores e tem se beneficiado das atenções que o pai e a mãe lhes dedicam no cotidiano, razão pela qual não se visualizou, no momento, necessidade de alteração da guarda.

Vemos assim que o parecer técnico está claramente dividido em três partes: (a) uma parte dedicada à catalogação do processo, com identificação das partes e do menor, além de uma descrição sumária dos procedimentos; (b) uma parte descritiva, mais detalhada, onde são caracterizadas todas as pessoas pertencentes ao núcleo relacional do menor, que é sempre colocado como referência principal. São colocadas as queixas, a dinâmica familiar, os afetos e o motivo principal da demanda, ou do litígio, e o sentimento de cada uma das pessoas envolvidas com relação ao processo. Nessa parte também se percebe a intervenção dos profissionais da SEPSI, por meio de expressões como “refletiu-se”, “ênfatizando-se a necessidade”, “ênfatizou-se o direito de S. conviver”, “refletiu-se sobre a responsabilidade de ambos os genitores”, no sentido de trazer as partes para o processo, corroborando a proposta descrita inicialmente de torná-las co-responsáveis pelos resultados advindos desses encontros. E (c) uma parte dedicada às conclusões, observações e recomendações dos profissionais que atenderam a família, com sinalização clara de qual deveria ser o desfecho da lide: “razão pela qual não se vislumbrou, no momento, necessidade de alteração da guarda”. Assinam conjuntamente um psicólogo e uma assistente social, ambos do quadro de servidores do TJDF.

Em termos gerais, percebe-se que o laudo é, de fato, dirigido ao magistrado e apresenta aquela linguagem, descrita por Shine (2009), “pasteurizadora” do discurso familiar, de modo a estabelecer uma distância segura entre o julgador e o drama daquela família, colocando os conflitos e demandas em termos racionais e objetiváveis. Também se percebe uma

tentativa de intervenção na dinâmica familiar, com clarificação de alguns aspectos dessa dinâmica e a procura da participação das partes no processo de solução da lide, que era sua responsabilidade primeira. Por fim, e nesse caso parece ser devido à falta de acordo, indica-se qual deve ser o caminho para a decisão da lide.

### 3.1.2. A Sentença

Conforme o estatuído no CPC, entre os atos do juiz encontra-se a prolação de sentenças (art. 162, § 1º)<sup>12</sup>.

A composição coativa dos litígios é função privativa do Estado moderno. Do monopólio da justiça enfeixado nas mãos do Estado decorre a jurisdição como um poder-dever de prestar tutela jurisdicional a todo cidadão que tenha uma pretensão resistida por outrem, inclusive por parte de algum agente do próprio Poder Público.

A *jurisdição*, que integra as faculdades da soberania estatal, ao lado do poder de legislar e administrar a coisa pública, vem a ser, [...], a função pública, realizada por órgãos competentes do Estado, com as formas requeridas pela lei, em virtude da qual, por ato de juízo, se determina o direito das partes com o objetivo de dirimir seus conflitos e controvérsias de relevância jurídica, mediante decisões com autoridade de coisa julgada, eventualmente passíveis de execução (THEODORO JR., 2002, p. 141).

No passado, como asseveram Marinoni et al. (2010), a sentença era o ato do juiz que, decidindo ou não o mérito da causa, extinguia o processo. Conceito que tinha como pressuposto a separação entre a cognição e a realização concreta dos direitos enunciados na decisão judicial, em dois processos autônomos e distintos: processo de conhecimento e processo de execução. Com as reformas por que passou o Código Processual Civil, desapareceu a necessidade de dois processos autônomos para a obtenção da tutela jurisdicional do direito, restando necessário um único processo em que se cumprem as duas fases, quando necessário. Desse modo, a sentença de mérito pode não extinguir o processo, quando não auto-suficiente, nos casos em que dependa de cumprimento para prestar completamente a tutela jurisdicional à parte. No entanto, nos termos do art. 269, CPC, quando o juiz acolher ou rejeitar o pedido do autor já estará dando resolução de mérito<sup>13</sup>.

<sup>12</sup> **Art. 162, do CPC** - Os atos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos.

**§ 1º** - Sentença é o ato do juiz que implica alguma das situações previstas nos arts. 267 e 269 desta Lei.

<sup>13</sup> **Art. 269, do CPC** - Haverá resolução de mérito:

**I** - quando o juiz acolher ou rejeitar o pedido do autor; **II** - quando o réu reconhecer a procedência do pedido; **III** - quando as partes transigirem; **IV** - quando o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição; **V** - quando o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação.



Esse artigo, aliás, arrola, segundo a doutrina, tanto hipóteses em que há julgamento de mérito (incisos I e IV), como casos em que há resolução de mérito (incisos II, III e V). Pois haveria julgamento de mérito quando o juiz valora, de maneira expressa, o pedido e haveria resolução de mérito quando ele apenas reconhecesse que cessou o litígio em função de ato das partes.

O referido diploma legal também prevê que as sentenças precisam cumprir determinados requisitos formais, ali considerados “essenciais” (art. 458, do CPC)<sup>14</sup>. Esses requisitos são (I) o *relatório*, que conterá os nomes das partes, resumos do pedido do autor e da resposta do réu e o registro das principais ocorrências do processo; (II) os *fundamentos*, de fato e de direito, de que lançará mão o juiz e (III) o *dispositivo*, em que o juiz resolverá as questões a ele submetidas.

A sentença que não apresenta essa forma é nula (art. 93, IX, CRFB)<sup>15</sup>, ainda que a sentença simplesmente homologatória não precise observar todos os requisitos impostos pelo art. 458 do CPC.

A função principal do relatório é demonstrar a todos, em especial às partes, que o órgão jurisdicional conhece as alegações do processo e tudo o que nele ocorreu. A fundamentação das decisões judiciais é um dos pilares do estado de direito, ou do Estado Constitucional, constituindo ponto fundamental no nosso processo justo (art. 5º, LIV, CRFB)<sup>16</sup>. Ali o juiz deve analisar o problema jurídico posto pelas partes para sua apreciação, considerando as questões de fato e de direito. Ainda que o juiz não esteja obrigado a responder a todos os argumentos das partes em sua fundamentação da sentença, ou do acórdão<sup>17</sup>, estes não se confundem, todavia, com fundamentos, que são os pontos levantados pelas partes dos quais decorrem, por si só, a procedência

<sup>14</sup> **Art. 458** - São requisitos essenciais da sentença:

**I** - o relatório, que conterá os nomes das partes, a suma do pedido e da resposta do réu, bem como o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo; **II** - os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito; **III** - o dispositivo, em que o juiz resolverá as questões, que as partes lhe submeterem.

<sup>15</sup> **Art. 93, da CRFB** - Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios: [...]

**IX** - todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação; [...]

<sup>16</sup> **Art. 5º, da CRFB** - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...]

**LIV** - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal; [...]

<sup>17</sup> A jurisprudência é pacífica nesse sentido: STJ, 1ª Turma, REsp n. 681.638/PR, rel. Min. Teori Zavascki. J. 26.9.2006, DJ 9.10.2006.



ou a improcedência do pedido formulado. Tanto que no caso de omissão sobre fundamentos são cabíveis embargos de declaração (art. 535, II, CPC)<sup>18</sup>. Argumentos, por seu turno, são simples reforços que as partes realizam em torno dos fundamentos.

O dispositivo é o fechamento da sentença, momento em que o juiz isola sua decisão e afirma se colhe ou rejeita, no todo ou em parte, o pedido do autor. Ao tempo em que, acolhendo, aponta para as providências a serem tomadas de forma que o direito postulado em juízo logre tutela jurisdicional adequada e efetiva, realizando-se concretamente. Apenas o dispositivo goza de autoridade de coisa julgada

Feito esse preâmbulo sobre a sentença e suas partes, voltemos ao processo para o qual foi emitido o laudo acima transcrito. Por uma questão de praticidade e de atenção aos pontos que queremos enfatizar nesta análise, não iremos transcrevê-la na íntegra, até por que essa peça consta dos anexos, mas apenas aqueles pontos relevantes ao seu cotejo com o laudo e que, mais tarde, darão ensejo à apelação.

Como descrito acima, o juiz apresenta seu relatório, em conformidade com o CPC, e a partir das alegações apresentadas, por escrito, pelas partes, passa a decidir a questão:

*Há de se ressaltar, ainda, que na solução dos conflitos entre os genitores, o Código Civil de 2002, em seu art. 1.584, disciplinou o tema atribuindo-se a guarda a quem revele melhores condições para exercê-la.*

*Com efeito, a presente demanda tem por objeto a atribuição de responsabilidade a quem deva manter a menor sob sua guarda. O bem estar desta deve, pois, ser o elemento fundamental a nortear a decisão deste juízo. Cumpre aquilatar, portanto, as condições afetivas e materiais em que a menor está inserida e, também, aquelas para onde se pretende que ela seja transferida.*

*Devem ser aferidos, outrossim, os impactos emocionais que eventual alteração no modo de vida a que está habituada, as relações afetivas com as pessoas com quem deverão conviver, sua inserção no meio familiar daquele que postula sua guarda.*

*A prova documental demonstra que o autor é genitor e a ré é genitora da menor.*

*Como em ação desta natureza, deve-se primar pelo bem-estar dos menores, a fim de resguardar seus interesses, reputo necessário lançar mão também do parecer técnico elaborado pelo Serviço Psicossocial Forense, o qual assim concluiu, "in verbis":*

<sup>18</sup> **Art. 535, do CPC** - Cabem embargos de declaração quando:

I - houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição;

II - for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal.

Sua decisão busca como fundamentos o CC, provas documentais acostadas aos autos, o parecer do serviço psicossocial e prova oral produzida em audiência pelas partes. Ele apresenta a conclusão do parecer da SEPSI (vide acima 3.1.1.), ao tempo em que o confronta com o testemunho das partes, no caso da menor, como forma de tornar mais robusta e insofismável sua decisão:

Em sede de audiência de instrução e julgamento a própria menor afirmou à fl. 135 que:

*“(...)que mora com a mãe, que está bem com ela; que tinha interesse de ir morar com o pai, mas há um tempo está preferindo morar com sua mãe, uma vez que melhorou muito o relacionamento com esta nos últimos tempos(...); (...) que já falou para o seu pai o seu desejo de continuar morando com sua mãe; que atualmente tem ficado todos os finais de semana com o seu pai e inclusive as férias escolares(...)”.*

Ante o cotejo da prova oral e da prova técnica, verifica-se que a menor demonstra afeto pelo genitor e pela genitora, entretanto, vislumbro que, no caso em tela, a guarda da menor deve permanecer com a ré, por ser à medida que melhor assegurará o bem estar e o desenvolvimento da menor S., ressalvado o direito de visitas ao autor na forma fixada perante a Primeira Vara de Família, Órfãos e Sucessões do Gama/DF, cujo termo fora acostado à fl. 18.

Assim, é possível perceber a total sintonia entre a decisão prolatada pelo magistrado e as conclusões emanadas pelo parecer psicossocial, ainda que, ao decidir, o juiz acerque-se de outros meios. Mas, como nos foi relatado, na entrevista que fizemos com um magistrado de uma das Varas de Família, circunscrição judiciária de Brasília-DF (Apêndice A), ao ser perguntado se “seria correto, ou estaria muito próximo da realidade, afirmar, pelo número de vezes em que se dá, que as conclusões/recomendações do laudo indicam, no dia-a-dia, os rumos do desfecho da lide”, ele respondeu que sim, seria correto! Então, perguntamos “qual o sentimento do juiz em relação a essa tendência”. Ele respondeu que,

**R: [...]. Tendo em vista que o laudo reflete um conhecimento técnico que o juiz não possui, ser-lhe-ia muito difícil ir de encontro às suas conclusões, recomendações ou indicações, pois quem emite o laudo tem preparação para isso** (grifamos).

Assim, retomando a discussão iniciada no primeiro capítulo, vemos

que não é gratuita essa sintonia, mas sim, parte de um conjunto de procedimentos articulados, baseados em conhecimento técnico e cooperação multidisciplinar, cujo objetivo maior é uma prestação jurisdicional mais eficaz. Prova dessa articulação é o modelo de despacho saneador fornecido pelo magistrado (Anexo A), em que ele estabelece alguns parâmetros a serem seguidos pelos profissionais da SEPSI, a saber,

*Nomeio a SEPSI para a realização da prova técnica, consistente no estudo do caso, em que deverão ser abordados, necessariamente, os seguintes tópicos, sem prejuízo de outras informações que os profissionais reputarem pertinentes:*

*a) Os genitores reúnem condições favoráveis ao exercício da guarda da menor?*

*b) É recomendável o compartilhamento da guarda entre os genitores? Caso negativo, qual dos pais reúne melhores condições para o atendimento das necessidades da criança?*

*c) Qual o melhor regime de convivência dos genitores com a criança, segundo as informações colhidas sobre a dinâmica familiar?*

*Intimem-se as partes e seus procuradores para que apresentem quesitos e indiquem assistentes técnicos, caso queiram, em 5(cinco) dias. (vide nota de rodapé 10, acima)*

*Em seguida, remetam-se os autos à SEPSI.*

### 3.1.3. A Apelação

O artigo 513, do CPC estatui:

**Art. 513** - Da sentença caberá apelação (arts. 267 e 269).

Significa dizer que tanto da sentença terminativa (art. 267, CPC), quanto da definitiva (art. 269, CPC) cabe apelação a um tribunal.

Na apelação se pode buscar substituição da sentença por vício de forma (*error in procedendo*) e/ou vício de julgamento (*error in judicando*). Deve-se apontar a inadequação formal da sentença, por exemplo, carência de fundamentos, e a inadequação dos juízos fático-jurídicos ali apresentados, como valoração inadequada da prova ou compreensão inadequada da legislação aplicável ao caso, por exemplo. A sentença prolatada com vício de forma deverá ser anulada na instância recursal e baixados os autos para prolação de nova decisão na primeira instância (salvo se aplicável o art. 515, § 4º, CPC)<sup>19</sup>. Por outro lado, a sentença prolatada com vício de julgamento deve

<sup>19</sup> **Art. 515 do CPC** - A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada. [...]

ser simplesmente substituída por outra decisão na instância recursal, que deverá reapreciar o caso apresentado pelas partes.

A apelação deverá, também, ser constituída por elementos específicos, definidos no art. 514 do CPC, a saber,

**Art. 514** - A apelação, interposta por petição dirigida ao juiz, conterá:  
I - os nomes e a qualificação das partes;  
II - os fundamentos de fato e de direito;  
III - o pedido de nova decisão.

Parágrafo único - (*Revogado pela Lei nº 8.950, de 13-12-1994.*)

O não atendimento a essa regularidade formal do recurso leva ao seu não conhecimento, por ausência de requisito extrínseco de admissibilidade recursal. Também se impõe ao recorrente o ônus de contrastar **efetivamente** a sentença nas suas razões recursais. Jurisprudência do STJ sobre o tema pacífica:

“ao interpor o recurso de apelação, deve o recorrente impugnar especificamente os fundamentos da sentença, não sendo suficiente a mera remissão aos termos da petição inicial e a outros documentos constantes nos autos” (STJ, 5ª Turma, REsp 722.008/RJ, rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, j. em 22.5.2007, DJ 11.6.2007, p.353).

Com essa introdução, passamos à análise da apelação interposta pelo genitor, autor, que não teve atendida sua pretensão. Também aqui nos reservaremos o direito de não transcrevê-la na íntegra, visto que nosso enfoque maior é perscrutar qualquer insatisfação com a sentença vinculada ao parecer psicossocial. Também a íntegra da apelação pode ser encontrada nos anexos.

Pois bem, o apelante, no caso o pai, colaciona diversos motivos e faz diversos apelos ao Tribunal, entre os quais destacamos:

[...]14. Ante as alegações acima expendidas far-se-á necessário renove-se a avaliação da criança pelos profissionais competentes com a medida necessária a preservação do bem estar da infante.

15. [...]

16. Ainda, a mencionada Sentença de fls.155 usque 160 está baseada no Parecer do Psicossocial, fls. 85/87, assim entendendo o MP, um estudo social nos termos do art. 167 do Estatuto da Criança e do Adolescente, entendimento esse que corrobora a ementa acima colacionada. [...]

---

§ 4º - Constatando a ocorrência de nulidade sanável, o tribunal poderá determinar a realização ou renovação do ato processual, intimadas as partes; cumprida a diligência, sempre que possível prosseguirá o julgamento da apelação

Nota-se que o apelante, reiteradas vezes, solicita a renovação da avaliação da menor, apontando para o fato de que a sentença baseia-se nessa avaliação. Assim, desqualificando o parecer psicossocial, ele busca, de fato desqualificar a sentença de primeiro grau, buscando sua revisão e reformulação.

17. Contestado pelo requerente, este alegou inconsistência no r. parecer pelo que não encontrou subsidio que levasse a um parecer conclusivo e consistente e, inclusive na questão da pressão psicológica apontada pela menor, quando a mesma disse ter sido tratada como LIXO. SERÁ VERDADE OU MENTIRA? GRIFO. Expressão esta não observada pelo psicossocial.

Aqui ele aponta inconsistência no parecer do Ministério Público, mais uma vez relacionada a falhas no parecer psicossocial, por não ter este apontado possíveis pressões psicológicas sofridas pela menor.

18. Também as fls.80, o requerente apontou registro no CONSELHO TUTELAR, na questão da menor, na época com idade inferior a 12 anos ter ficado várias vezes sozinha em casa. Também não observado pela Assistente Social.

Mais uma vez o apelante pai ataca o laudo psicossocial, apontando lacunas no estudo apresentado ao juiz pelos profissionais.

19. Por derradeiro, urge salientar o fato de que a r. sentença deixou a desejar e não levou em consideração fatos preponderantes e indispensáveis ao deslinde do presente feito, devendo, pois, ser tomada sem efeito a r. sentença hostilizada, determinando o retorno dos autos a instância de origem a fim de que seja realizado novo estudo psicossocial.

Desqualificando a sentença mais uma vez, ao tempo em que aponta para a realização de novo “estudo psicossocial”, o apelante deixa claro que as determinações contidas na sentença confundem-se com as conclusões e recomendações contidas no laudo psicossocial, atrelando o desfazimento daquela com o refazimento deste.

Finalmente, nos pedido, o apelante torna claro aquilo que já vinha desenhando ao longo de toda a apelação,

## II - DOS PEDIDOS

Ex positis, pede-se e requer:

a). Seja conhecido e provido o presente recurso, para, reformando *in*

*totum* a r. sentença de fis. 155/160, julgar, ao final, procedentes os pedidos elencados na exordial;

b). Seja tomada sem efeito a r. sentença hostilizada e o conseqüente retomo dos autos para instância de origem;

c). Pelos fatos narrados e por questão de ordem pública e valoração da prova, **seja realizado novo estudo psicossocial da menor**, a fim de que seja esclarecido e levado em consideração aquilo que realmente ensinou a presente ação e também pela informação de que na residência onde convive a infante moram pessoas estranhas à família, se tal fato pode prejudicar ou não a formação do caráter da infante; (grifo nosso)

d). Seja condenada a apelada, ao pagamento das custas processuais e honorário advocatícios a serem arbitrados pelo Douto juízo.

### 3.1.4. O Acórdão

O Tribunal, em uma de suas Turmas Cíveis, compostas por três desembargadores, analisadas as condições preliminares de admissibilidade do recurso, e sendo este admitido, irá julgar a apelação em seus efeitos devolutivo e translativo<sup>20</sup>.

No efeito devolutivo a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria efetivamente impugnada pela parte (*tantum devolutum quantum appellatum*). No entanto, ao que é devolvido ao conhecimento do tribunal há proibição de reforma para prejudicar (*reformatio in pejus*). A apelação tem por objeto aquilo que foi decidido na sentença e pode atacá-la no todo ou em parte, não sendo admitida, no juízo de apelação, inovação no julgado, ressalvado o disposto nos arts. 516 e 517, CPC<sup>21</sup>

No efeito translativo, restam submetidas ao tribunal as questões conhecíveis de ofício: “todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que a sentença não as tenha julgado por inteiro” (art. 515, § 1º, CPC –

<sup>20</sup> **Art. 515** - A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada.

§ 1º - Serão, porém, objeto de apreciação e julgamento pelo tribunal todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que a sentença não as tenha julgado por inteiro.

§ 2º - Quando o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento dos demais.

§ 3º - Nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito (art. 267), o tribunal pode julgar desde logo a lide, se a causa versar questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento.

§ 4º - Constatando a ocorrência de nulidade sanável, o tribunal poderá determinar a realização ou renovação do ato processual, intimadas as partes; cumprida a diligência, sempre que possível prosseguirá o julgamento da apelação.

<sup>21</sup> **Art. 516** - Ficam também submetidas ao tribunal as questões anteriores à sentença, ainda não decididas.

**Art. 517** - As questões de fato, não propostas no juízo inferior, poderão ser suscitadas na apelação, se a parte provar que deixou de fazê-lo por motivo de força maior.

vide nota de rodapé 20, acima). Ressalte-se que, serão apreciadas mesmo que o juiz tenha se omitido em apreciá-las na sentença, nada obstante suscitadas e discutidas pelas partes no processo.

No caso em tela, o qual também nos reservamos o direito de não transcrever na íntegra, vejamos o acórdão proclamado pela 3ª. Turma Cível do TJDF (cuja íntegra consta entre os anexos) em que essas questões preliminares são analisadas, passando-se, a seguir, ao exame das questões de mérito, onde são pontuadas todas as alegações do apelante pai.

Nas questões de admissibilidade, de acordo com o CPC, vejamos o que diz o relator:

**O Senhor Desembargador HUMBERTO ADJUTO ULHÔA - Relator**  
*Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.*

Então se constata que, quanto à forma, a apelação apresenta-se dentro dos parâmetros da legislação.

Há, ainda, uma preliminar de nulidade da sentença, arguída pelo apelante, pelos motivos seguintes:

*Preliminar de nulidade da sentença:*

*Inicialmente, quanto ao pedido para que seja anulada a r. sentença, sob o argumento de que o decisum monocrático baseou-se apenas no parecer psicossocial, descuidando-se das alegações de fato, requerendo também a realização de novo estudo psicossocial, entendo que não merece acolhida.*

*Verifico que o parecer técnico colacionado às fls. 85/87, ao contrário do que alega o apelante, mostrou-se sólido e claro, porquanto foram adotados os procedimentos técnicos de atendimento com os genitores e com a menor, separadamente e em conjunto, além de ter sido assinado por dois profissionais, o psicólogo e a assistente social do juízo, não merecendo guarida a pretensão de ser realizado novo estudo psicossocial.*

*Ainda, importante salientar que a questão da “pressão psicológica” alegada pelo recorrente foi devidamente analisada pelo serviço psicossocial, restando consignado no laudo, quando da entrevista da menor, que a adolescente “(...) reconheceu e positivou o esforço da genitora para atender as necessidades dela e da irmã, demonstrando, inclusive, a compreensão de que os momentos de estresse vivenciados na relação com a senhora C. resultaram de um desgaste emocional da genitora, aparentemente em razão de uma excessiva carga laboral, bem como pelos comportamentos questionadores e sentimentos de incompreensão que caracterizam a passagem pela adolescência.”. (grifei)*

O eminente Desembargador demonstra, com elementos recolhidos



ao processo, que os argumentos do apelante não se sustentam, pois aponta no laudo, considerado falho pelo recurso, que não se deu omissão denunciada. Além disso, sua excelência conclui a análise dessa preliminar dizendo:

*Observa-se, ademais, que o ilustre magistrado, para o deslinde da presente demanda, fundamentou-se não apenas no aludido laudo psicossocial, mas também nas provas orais e documentais acostadas aos autos, não havendo, portanto, que se falar em nulidade da sentença.*

*Dessa forma, **rejeito a preliminar de nulidade** da r. sentença de primeiro grau suscitada pelo apelante.*

Nas questões de mérito, segue o magistrado na mesma linha de desconstrução dos argumentos do apelante com base nos elementos dos autos, a saber, sentença, laudo psicossocial e prova oral, mas também o socorre o CC e o ECA, além de jurisprudência do próprio TJDF.

*Quanto ao mérito, de igual forma, não assiste razão ao apelante.*

[...]

*Analizando detidamente os presentes autos, verifico que o **parecer psicossocial**, apesar de afirmar que a menor “(...) se encontra igualmente vinculada aos dois genitores e tem se beneficiado das atenções que o pai e a mãe lhes dedicam no cotidiano”, **concluiu que a atual organização familiar, na qual a adolescente reside com a mãe, tem atendido de forma satisfatória às necessidades básicas e afetivas da infante, devendo ser mantida a guarda com a genitora**, consoante determinou o ilustre Magistrado a quo.*

*No que se refere à alegação de que “o sentimento da menor não foi acatado pelo duto juízo e deve sem dúvida nenhuma ser levado em consideração, pois, a carta escrita se consubstancia na mais pura verdade”, entendo que não prospera.*

*Ora, a própria adolescente declarou em juízo (fl. 135) “que tinha interesse de ir morar com o pai, mas há um tempo está preferindo morar com a sua mãe, uma vez que melhorou muito o relacionamento com esta”, sendo que a referida carta foi escrita no momento de estresse, típico da adolescência, em que a menor se encontrava mais sensível aos conflitos, destaque-se, **dificuldade que já restou superada, consoante consignado no parecer psicossocial** (fl. 86).*

*Além disso, pelas provas documentais e testemunhais colhidas, mormente pelo próprio depoimento da menor, a qual afirmou que tem preferência em continuar morando com a genitora, além de declarar que “a mãe se preocupa com o seu futuro”, entendo que não merece reparos o r. decisum de primeiro grau, devendo permanecer a guarda da criança com a mãe.*

*Ora, restou demonstrado pelas provas dos autos, que a genitora/apelada consegue dar a atenção necessária ao desenvolvimento social, escolar, psicológico, físico e material da infante, porquanto fornece a orientação e a atenção devidas, além de realizar as cobranças indispensáveis para que a criança cumpra com suas obrigações e entenda que precisa ter responsabilidade em relação ao seu futuro.*



*Por fim, insta salientar que **a adolescente interage positivamente com o pai e com a mãe, e se sente à vontade nos dois ambientes – paterno e materno – como destacou o parecer técnico do serviço psicossocial**, devendo permanecer a atual organização familiar, onde a menor reside com a mãe e faz visitas livres e frequentes ao seu genitor, não havendo necessidade de alteração da guarda. (grifos nossos).*

Observa-se assim, que mesmo na segunda instância, em sede de recurso, o magistrado não hesita em lançar mão do parecer da SEPSI como objetivo de corroborar sua decisão.

Desse modo, juntamos a ementa e o acórdão do julgado para que possibilite uma visão mais ampla do processo.

### 3.1.4.1. Ementa e Acórdão

Órgão	3ª Turma Cível
Processo N.	Apelação Cível 20081010097284APC
Apelante(s)	R. V. S.
Apelado(s)	C. S. A.
Relator	Desembargador HUMBERTO ADJUTO ULHÔA
Revisor	Desembargador JOÃO BATISTA TEIXEIRA
Acórdão Nº	450.166

### EMENTA

CIVIL E PROCESSO CIVIL – FAMÍLIA – MODIFICAÇÃO DE GUARDA – PRELIMINAR DE NULIDADE REJEITADA – MELHOR INTERESSE DO MENOR OBSERVADO – MANUTENÇÃO DA GUARDA COM A GENITORA – SENTENÇA MANTIDA.

1. Deve ser rejeitada a preliminar de nulidade da sentença, se o *decisum* monocrático analisa corretamente o acervo probatório, fundamentando sua decisão nas provas documental, oral e técnica juntadas aos autos.
2. Correta se mostra a r. sentença monocrática que mantém a guarda com a genitora, se esta oferecer melhores condições para exercê-la, mormente se a própria adolescente declara em juízo que prefere continuar residindo com a mãe, porquanto se deve atentar para o interesse do menor, buscando sempre o seu bem estar.
3. PRELIMINAR REJEITADA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

### ACÓRDÃO

Acordam os Senhores Desembargadores da 3ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, HUMBERTO ADJUTO ULHÔA - Relator, JOÃO BATISTA TEIXEIRA - Revisor, NÍDIA CORRÊA LIMA - Vogal, sob a Presidência da Senhora Desembargadora NÍDIA CORRÊA LIMA, em proferir a seguinte decisão: **CONHECER. NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME**, de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília (DF), 22 de setembro de 2010



Certificado nº: 1B 3E F3 04 00 05 00 00 0F 68  
24/09/2010 - 11:08

Desembargador HUMBERTO ADJUTO ULHÔA  
Relator

#### 4. PESQUISA E RESULTADOS

A proposta inicial de pesquisa era compulsar um número representativo de processos, em Varas de Família, Órfãos e Sucessões do TJDF, de modo que se pudesse cotejar os laudos da SEPSI com as sentenças, apelações e acórdãos, nos moldes do que foi feito no estudo de caso supra, e daí se pudesse aferir em que medida as sentenças prolatadas, e mesmo os recursos, acompanhavam as conclusões e recomendações contidas nesses laudos, esboçando-se assim, a necessidade desse serviço psicossocial em diversas outras instâncias processantes.

Na prática, no entanto, encontramos diversas dificuldades de acesso aos processos, por se tratarem, em quase cem por cento dos casos, de regime de segredo de justiça; também devido ao fato de que muitos autos, após o trânsito em julgado do acórdão e a disponibilização das peças às partes, são destruídos pela Secretaria do Tribunal, ou então baixam às Varas de origem. Por sugestão da orientação, convertimos a pesquisa processual em jurisprudencial e passamos a pesquisar acórdãos publicados, com inteiro teor disponibilizado ao público.

Esse modelo de pesquisa tem, entre outras vantagens, a de se poder consultar um número bem maior de documentos, além do fato de que a proposta inicial não precisa ser radicalmente alterada, pois, na totalidade dos acórdãos examinados, os desembargadores, ao relatarem o processo e situarem seu voto, normalmente fazem referência às conclusões do laudo psicossocial, aos termos da sentença que deram origem ao pedido de impugnação e, necessariamente, aos motivos que levaram a parte não contemplada na primeira instância a recorrer ao colegiado.

Sob essa ótica, encetamos levantamento da jurisprudência de processos do Direito Civil, em Turmas Cíveis, oriundos majoritariamente das Varas de Família, na página na internet da Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) (<http://www.tjdft.jus.br/juris/juris3.asp>), considerando as decisões proferidas nos anos de 2008, 2009 e 2010, por retratarem aquilo que se dá presentemente, que tiveram por base laudos psicológicos (psicossociais), das quais houve recurso à segunda instância, tendo-se apontado alguma incongruência ou inconsistência nesses laudos.

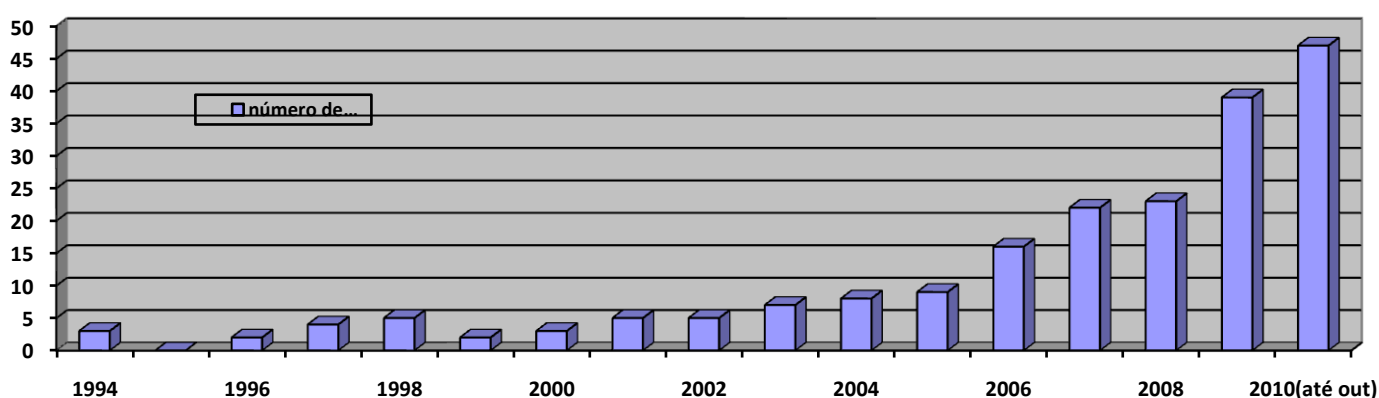
Também conduzimos pequenas entrevistas, com um juiz e com peritos, no sentido de investigar qual sua posição sobre o tema e como eles se percebem enquanto vetores principais das questões aqui levantadas.

Fizemos, inicialmente, um levantamento dos processos que teriam demandado parecer da Secretaria Psicossocial Forense (SEPSI), com acórdão publicado. Resultaram dessa consulta 197 acórdãos, cujas datas de julgamento estavam compreendidas entre 29-3-1994, o primeiro acórdão disponível, e 28-10-2010 o último. Esses acórdãos eram provenientes de Varas Criminais, da Infância e Juventude, de Família e de Órfãos e Sucessões. Observamos nesse levantamento inicial, que a demanda pelo serviço psicossocial forense vem aumentando significativamente nas Varas citadas (vide Tabela 1).

Ano	94	95	96	97	98	99	2000	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	Total
Núm. Acór.	3	0	2	4	2	2	3	5	5	7	8	9	16	22	23	39	47	197

**Tabela 1 – Quantidade anual de julgados com demanda pelo Serviço Psicossocial Forense**

Abaixo temos esse mesmo número de acórdãos (processos) em que se mostra o aumento dessa demanda ao longo dos anos. Nesse ponto, porém, é necessário se levar em conta a data de criação do serviço, no ano de 1992. Ainda assim, percebe-se um aumento significativo nos últimos anos (2006-2010).



**Gráfico 1 – Evolução anual do número de julgados com demanda pelo Serviço Psicossocial Forense**

É preciso, também, se levar em conta a resposta do juiz da Vara de Família à pergunta de *com que frequência ele requisitava laudos ao serviço psicossocial forense*. A essa questão o magistrado respondeu que os

requisitava na proporção de 1 ou 2 para cada 10 processos distribuídos. Acrescentou que lançava mão desse serviço naqueles casos considerados mais complexos, normalmente onde não havia acordo e pesavam sobre um dos pais denúncias graves, descrevendo algum tipo de abuso (vide Apêndice A). Asseverou que o encaminhamento era feito de forma semi-dirigida, conforme modelo de despacho saneador encontrado no Anexo A, por que necessitava de respostas para pontos específicos da demanda.

De posse dos acórdãos selecionados, realizamos uma triagem, de modo que restassem somente processos relativos à área cível e, conforme proposta inicial, a partir do ano de 2008. Desta feita restaram 109 acórdãos. Nesses, fizemos nova filtragem para que sobrassem apenas aqueles acórdãos em que o recurso se deveu à não concordância com os termos do laudo psicossocial e chegamos, por fim, a uma amostragem de 40 acórdãos, sendo 34 (trinta e quatro) oriundos de Varas de Família e 6 (seis) oriundos de Varas da Infância e Juventude, com datas de julgamento entre 13-3-2008 e 28-10-2010, que constituiu o nosso universo pesquisado (Tabela 2).

Ano	Nº de acórdãos analisados
<b>2008</b>	<b>12</b>
<b>2009</b>	<b>15</b>
<b>2010(até outubro)</b>	<b>13</b>
<b>Total</b>	<b>40</b>

***Tabela 2 – Distribuição dos acórdãos analisados por ano de julgamento***

Se considerarmos que o número de acórdãos do ano de 2010 refere-se somente àqueles publicados até o mês de outubro, veremos que aquela tendência geral de crescimento da demanda pelo serviço psicossocial forense se mantém, apresentando mesmo indícios de expansão.

Dividimos, então, esses quarenta acórdãos em três categorias, a saber: (a) *aqueles em que a sentença acata inteiramente as conclusões e recomendações* do laudo psicossocial; (b) *aqueles em que essas conclusões e recomendações são apenas consideradas em parte*, quando da prolação da sentença; e (c) *aqueles em que, apesar da requisição do serviço, o juiz não as*

acata. Em uma quarta categoria incluímos, ainda, (d) se **houve ou não** reforma da decisão por parte do Tribunal, ainda que em sede de liminar. Dividimos ano a ano essas categorias apenas por questões de facilidade na visualização e verificação de alguma possível tendência, já que em termos estatísticos consideramos todo o universo de laudos analisados.

Ano	Sentença acata o laudo	Sentença acata o laudo parcialm.	Sentença não acata o laudo	Total
2008	9	3	—	12
2009	13	1	1	15
2010 (até out)	9	—	4	13
Total	31	4	5	40

**Tabela 3 – Distribuição anual das sentenças em função de seu acolhimento ou não das conclusões e recomendações contidas no laudo psicossocial**

Podemos ver que em um universo de 40 (quarenta) acórdãos analisados, 31 (trinta e um), ou 77,5% (setenta e sete e meio por cento), acatam inteiramente as conclusões e recomendações resultantes do chamado “estudo social”. Nesses casos, o juiz, ainda que se arrime em outros meios de prova, especialmente a oral, produzida em audiência, considera sobremaneira aquilo que foi atestado e relatado pelos profissionais da SEPSI, cujos escritos são juntados aos autos. Como, por exemplo:

[...] mormente porque restou alicerçada [a sentença] em pareceres técnicos do Serviço Psicossocial Forense, que apresentaram profundo estudo do núcleo familiar em que vivem os menores, com amplo levantamento dos aspectos sociais, emocionais e psicológicos dos envolvidos.

Apelação Cível 20070610073926APC, TJDFT, 1ª Turma Cível, Rel. Des. Natanael Caetano, julg. 19-11-2008, DJ-e 26-11-2008.

Nos casos em que a sentença acata o laudo parcialmente o que normalmente se verifica é que os profissionais não tem uma posição conclusiva sobre, por exemplo, a quem deve caber a guarda da criança, chancelando essa guarda a qualquer um dos pais. Nesses casos o parecer é considerado aberto, pois ambos os pais têm condições de manter o filho. O juiz deverá, então, usar do seu poder geral de cautela e das demais provas dos autos para decidir. Isso significa, que mesmo nesses casos não se pode dizer que o juiz não acatou o

laudo, ou, pelo menos, não o utilizou como base em sua decisão, fazendo com que o número de acórdãos em que o juiz utilizou o laudo como referência para decidir passe a 35 (trinta e cinco) de 40, o que elevaria aquela primeira porcentagem a 87,5% (oitenta e sete e meio por cento).

A meu sentir, não obstante o **pouco vigor** do relatório psicossocial, porquanto **deixou de indicar qual dos genitores** poderia oferecer melhores condições à menor,...]. Apelação Cível 20071010107927APC, TJDF, 3ª Turma Cível, Rel. Des. Mário-Zam Belmiro, julg. 25-2-2010, DJ-e 26-2-2010. (Grifo nosso).

Outro fato, observado na pesquisa, que se deve destacar é que na amostragem existem cinco acórdãos relativos a agravos de decisões interlocutórias, ou seja, que ainda não deram sentença de mérito, nas quais o motivo do recurso é a solicitação de que o laudo seja realizado, ou ainda, naqueles casos em que o juiz determinou sua elaboração, a antecipação da tutela até a emissão do laudo, casos em que o Tribunal tem indeferido o pleito determinando que se aguarde o parecer da SEPSI. De modos que podemos considerar, também aqui, que a fundamentação da decisão ou é o laudo ou sua falta.

Dessa forma, tenho que a medida mais adequada, no momento, é aguardar a elaboração do laudo psicossocial, pois só então poderá ser formado um melhor juízo acerca dos superiores interesses da menor no que se refere às visitas pretendidas. TJDF, Agravo de Instrumento 20080020188132AGI, 2ª Turma Cível, Rel. Des ANGELO PASSARELI, julg. 1º-4- 2009, DJ-e 2-4-2009.

Quanto às sentenças que não acatam o laudo, em número de 5 (cinco) entre 40 (quarenta) e que representam 12,5% (doze e meio por cento) da amostragem, pode-se dizer que formam um grupo bastante heterogêneo, concentrando-se especialmente no ano de 2010. Em apenas um desses casos houve discordância direta entre o parecer da SEPSI e a sentença, que foi posteriormente mantida no Tribunal, e foi devida ao fato de não haver tempo hábil para a realização de novo estudo psicossocial como queriam os desembargadores.

Ainda mais esta medida se impõe tendo em vista que o Serviço Psicossocial do Tribunal de Justiça tem pedido um prazo exageradamente longo para conclusão do seu laudo, o que vem a ser um despropósito. TJDF, Agravo de Instrumento 2008 00 2 014303-1, 1ª Turma Cível, Rel. Des. Flávio Rostirola, julg. 22-1-2009, DJ-e 23-1-2009.

Analisando o resultado do julgamento das apelações no Tribunal, obtivemos que em 33 (trinta e três) processos, 82,5% (oitenta e dois e meio por cento), a decisão de primeira instância foi mantida em sua íntegra; em seis, 15% (quinze por cento), ela foi reformada parcialmente e em uma, 2,5% (dois e meio por cento) ela foi totalmente reformada.

Ano	Sentença mantida na íntegra	Sentença parcialm. reformada	Sentença reformada na íntegra	Total
2008	9	3	—	12
2009	12	3	—	15
2010 (até out)	12	—	1	13
Total	33	6	1	40

**Tabela 4 - Distribuição anual das sentenças em função de sua reforma pelo Órgão Colegiado.**

A manutenção das sentenças, de uma forma ou de outra, normalmente era embasada, também, nos termos do laudo apresentado. As reformas parciais, pelo menos em quatro casos, se deveram à questão dos laudos abertos (vide acima) e comumente alteravam apenas detalhes do que fora disposto na sentença. O único caso dentre os analisados em que houve reforma total confirma, a *contrario sensu*, a tendência majoritária dos processos de apoiarem-se nos laudos quando da prolação de sentenças ou proclamação de acórdãos, ou seja, a reforma deveu-se ao fato não ter sido determinada nem feita perícia na instância inferior, que foi exigida na recursal.

## CONCLUSÃO

*Nós não somos o que gostaríamos de ser.  
Nós não somos o que ainda iremos ser.  
Mas, graças a Deus,  
Não somos mais quem nós éramos.*

Martin Luther King, pastor e Nobel da Paz

Quando se discute prestação jurisdicional, mormente diante de questões processuais, por mais que a cientificidade deva ser o paradigma a ser perseguido, não se pode perder de vista, em momento algum, que por trás de



procedimentos, prazos, petições, impugnações, sentenças e recursos, pairam solenes o desejo de pacificação social e, a ele subjacente, o desejo humano.

Nas Varas de Família e da Infância e Juventude essa questão assume dimensões ainda mais dramáticas quando se anota que o que está sob disputa é, na verdade, o amor, ou pelo menos, os afetos. Quando uma família precisa recorrer ao judiciário para resolver uma questão em que ela seria a maior conhecedora dos seus meandros mas, por pura “incompetência” relacional, não consegue fazê-lo (RIBEIRO in BRITO, 2002), ela está, na verdade, dirigindo um pedido de socorro à autoridade constituída. O pai ou a mãe, ou mesmo os avós, os irmãos, etc, estão dizendo que amam e que estão ali por amor.

Daí, todo esforço no sentido de melhorar essa prestação jurisdicional, em hora e área tão delicadas, há que ser levado em consideração. Quando falamos em laudo psicológico, ou estudo psicossocial, ou parecer técnico, na verdade estamos falando da vida de pessoas que veem na autoridade judicial o último reduto onde depositar suas esperanças. O perquirir uma pessoa, adentrar na sua vida e sua casa, conhecer os seus vícios e dificuldades, só são possíveis aos profissionais responsáveis pela emissão de pareceres por que a expectativa daqueles que a esses procedimentos se submetem é a de que, em alguma medida, eles lhes ajudem a diminuir sua dor.

Por óbvio que quando se trata de direito processual, ainda que de família, crianças e juventude, não se pode desprezar o rito, sob pena de nulidade, sansão ou reforma. O processo é a garantia constitucional dada ao cidadão de que seus pleitos, em qualquer área, receberão no mínimo uma resposta.

Com a pesquisa desenvolvida vimos que muito do que foi dito e prognosticado durante todo o trabalho encontra respaldo na lida diária dos fóruns do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. As provas trazidas aos autos, especialmente em direito de família, são por demais afetadas por ânimos de toda sorte, de modo que o juiz precise de esteio em algum dado mensurável ou quantificável cientificamente. Nesse cenário o parecer de profissionais com formação acadêmica relacionada à área, como se poderia esperar, tem um peso diferenciado na questão probatória. Pré-

requisitos como a maior imparcialidade possível e o trabalho profissional, fazem desse mister um auxiliar de valor inestimável.

Desse modo, e por tudo que foi possível apurar, acreditamos também, que laudos periciais psicológicos, devido à complexidade e sutileza dos temas tratados, à sua ampla área de abrangência e aos cuidados que se deve ter na aplicação de suas conclusões, sem falar na mutabilidade da condição humana, deveriam ter tratamento diferenciado e seguir um rito próprio, haja vista que, até por questão de instrumentalização da prestação jurisdicional, muitas vezes o laudo psicológico é a única base de convencimento do juiz consistindo em prova capital para o desfecho da lide.

Por outro lado, sabemos que a elaboração de laudos não prescinde de prazos, o que seria um contra-senso em termos de celeridade processual, já que é o juiz quem determina o prazo no qual as conclusões da avaliação deverão ser apresentadas: dez, vinte, trinta, noventa dias etc., de acordo com a complexidade do caso. Portanto, é mormente em termos qualitativos que o laudo pode contribuir na melhoria da prestação jurisdicional, pois laudos que necessitam ser refeitos, por alguma inconsistência, oneram e retardam o processo.

Essa qualidade só pode ser atingida se o serviço psicossocial apresentar estrutura institucional, com triagem e reciclagem permanente dos seus profissionais, com uma interdisciplinaridade que garanta o suporte de uma área do conhecimento onde outra fraquejar.

Tudo isso só pode ter como fim comum uma prestação jurisdicional mais qualificada e mais bem identificada com aquilo que almeja a sociedade. Tem-se falado muito em celeridade processual, metas, controle externo do judiciário, como forma de se melhorar essa prestação. É claro que todos esses pontos são fundamentais e mesmo imprescindíveis a esse desiderato, mas não se pode ficar silente em relação a procedimentos e cautelas que transitam dentro dos processos. A melhoria na prestação desses serviços, somada àquelas outras providências, fará com que a própria credibilidade do Judiciário que, diga-se de passagem, dos três poderes é o que mais goza de respeito público, ainda que este venha perdendo fôlego nos últimos tempos, volte a apresentar crescimento.

O Direito Processual luta para implementar no judiciário processos céleres e eficazes, aptos a defenderem e realizarem o direito material com a plena eficácia e desejável rapidez. No entanto, somente alterações processuais não têm sido suficientes para tão almejada celeridade e eficácia processual, mas, é necessária, também, a modernização dos serviços judiciários para que, afinal, sejam colocados à disposição de magistrados e da comunidade um serviço público de qualidade, com a utilização de todos os recursos oferecidos pelos atuais programas científicos de busca de proficiência.

Diversos esforços têm sido feitos no sentido de modernizar o judiciário. No 3º Encontro Nacional do Judiciário, realizado em 26 de fevereiro de 2010, em São Paulo/SP, os 91 tribunais brasileiros traçaram as 10 metas prioritárias que o Judiciário deve atingir no ano de 2010. Proporcionar maior agilidade e eficiência à tramitação dos processos, melhorar a qualidade do serviço jurisdicional prestado e ampliar o acesso do cidadão brasileiro à justiça continuam sendo o foco das metas deste ano.

A nova Meta 2 está mais abrangente do que a estabelecida no ano passado, pois prevê o julgamento de todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31 de dezembro de 2006 e dos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31 de dezembro de 2007. As Metas 1 e 3 também buscam reduzir o estoque de processos, dando mais agilidade e eficiência à prestação jurisdicional. A Meta 1 consiste em julgar em 2010 quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos este ano mais uma parcela do estoque acumulado. A Meta 3, por sua vez, visa reduzir a pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e a 20% o acervo de execuções fiscais.

Nesse panorama, acreditamos estar contribuído em alguma medida na busca de soluções para alguns dos muitos problemas que se desnudam aos operadores do direito, entre eles magistrados, advogados e serventuários, redundando, em última análise, no atendimento de melhor qualidade às partes.

Por último, mas não menos importante, uma vez que vimos confirmada nossa hipótese de que como as sentenças, e mesmo recursos, baseiam-se quase sempre nas conclusões dos laudos psicológicos e psicossociais, se mais for investido nesse aspecto da prestação jurisdicional

melhor ela será no seu todo, pretendemos propor se não soluções definitivas para o problema, pelo menos indicar caminhos na tentativa de se minimizar os efeitos da possível contaminação de decisões judiciais por laudos psicológicos elaborados sem os mínimos parâmetros de qualidade que lhes garantam o máximo de isenção, já que não é possível se retirar por completo da análise psicológica o viés do analista, com a consecução de um resultado mais satisfatório às partes, pois, como afirmamos no início desta seção, são elas o maior objetivo da prestação jurisdicional e são elas que nele se socorrem.

Seria, então, de suma importância que os resultados atingidos servissem de base na justificativa da adoção de um serviço psicossocial judiciário que dialogasse com as ciências jurídicas em um mesmo nível e desse diálogo trouxesse à população a realização efetiva de justiça, sabendo ela que suas queixas tiveram o melhor tratamento que o Estado poderia dispensar.

Cremos, ainda, que restou pequena lacuna em nosso trabalho, passível de ser corrigida no futuro, notadamente com a efetivação de pesquisa a ser realizada em nível institucional, no que diz respeito a não termos levado nossas questões diretamente às partes ou seus advogados, de modo a podermos clarificar seus sentimentos com relação aos procedimentos utilizados pelo sistema jurídico relativos ao tema. Justifica-se pelo fato de que esse contato é praticamente inviável em pesquisa jurisprudencial, além das questões extremamente delicadas e íntimas tratadas nos processos analisados.

Finalizamos com as sábias palavras da Ministra Nancy Andrigli, quando expõe claramente qual deve ser o objetivo primeiro e último do Direito, e por que não, da Justiça:

*A dignidade da pessoa humana deve ser resguardada, em um âmbito de tolerância, para que a mitigação do sofrimento humano possa ser o sustentáculo de decisões judiciais, no sentido de salvaguardar o bem supremo e foco principal do Direito: o ser humano em sua integridade física, psicológica, socioambiental e ético-espiritual.* (Processo REsp 1008398/SP RECURSO ESPECIAL2007/0273360-5 Relator(a)Ministra NANCY ANDRIGHI (1118) Órgão JulgadorT3 - TERCEIRA TURMA Data do Julgamento 15/10/2009 Data da Publicação/Fonte DJe 18/11/2009 RSTJ vol. 217 p. 840).

## REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **Filosofia da Ciência: introdução ao jogo e suas regras**. São Paulo: Loyola, 2000.

BERNARDI, D. C. F. História da inserção do profissional psicólogo no tribunal de justiça do estado de são paulo – um capítulo da psicologia jurídica no Brasil. In: BRITO, L.M.T. (Org.) **Temas de psicologia jurídica**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999. p. 103-131.

BRASIL. Casa Civil. **Novo Código Civil**. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2002/L10406.htm>. Acessado em 14-8-2010.

BRASIL. Casa Civil. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm). Acesso em 26-10-2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Metas prioritárias 2010**. Disponível em: [http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=10350:metas-prioritarias-2010&catid=396:metas-prioritarias-2010&Itemid=1125](http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10350:metas-prioritarias-2010&catid=396:metas-prioritarias-2010&Itemid=1125). Acesso em 3-11-2010.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Código de Processo Civil**. Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5869.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5869.htm). Acesso em 24-7-2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação brasileira de ocupações do ministério do trabalho e emprego**. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/ResultadoFamilia.jsf>. Acesso em: 26.10.2010.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Habeas Corpus* n. 141.717/RS. Órgão Julgador: Quinta Turma do STJ. Relator Ministro Jorge Mussi. Data do Julgamento 05/10/2010. Data da Publicação/Fonte: DJe 18/10/2010. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=psicossocial&b=ACOR&p=true&t=&l=10&i=1>. Acesso em 12.11.2010.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 1008398/SP Recurso Especial 2007/0273360-5. Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI (1118) Órgão Julgador - Terceira Turma do STJ. Data do Julgamento 15/10/2009. Data da Publicação: Fonte DJe 18/11/2009. RSTJ vol. 217 p. 840.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Página de jurisprudência. <http://www.tjdft.jus.br/juris/juris3.asp>

CONSELHO FEDERAL de PSICOLOGIA [http://www.crpso.org.br/a\\_orien/setlegislacao/regulametacao\\_profissional.htm](http://www.crpso.org.br/a_orien/setlegislacao/regulametacao_profissional.htm). Acessado em 24-7-2010.

**Resolução CFP N.º 007/2003.**

Manual de Elaboração de Documentos Decorrentes de Avaliações Psicológicas. Brasília, 2003.

[http://www.crp06.org.br/crp/orientacao/legislacao/resolucoes\\_cfp/fr\\_cfn\\_007-03.aspx](http://www.crp06.org.br/crp/orientacao/legislacao/resolucoes_cfp/fr_cfn_007-03.aspx). Acessado em 21-8-2010.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1995. 293 p.

GONÇALVES, C.R. **Direito civil brasileiro: direito de família**, v. IV. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2007. 659p.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MARINONI, L.G.; MITIDIERO, D. **Código de processo civil comentado artigo por artigo**. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. 1232 p.

RIBEIRO, M.L. A psicologia judiciária nos juízos que tratam do Direito de Família no Tribunal de Justiça do Distrito Federal. In: BRITO, L.M.T. (Org.) **Temas de psicologia jurídica**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999. p. 161-170.

ROSA, M.V.F. **Perícia judicial: teoria e prática**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1999.

SHINE, S.K. **Andando no fio da navalha: riscos e armadilhas na confecção de laudos psicológicos para a justiça**. São Paulo, 2009. 255 p. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2009.

TAVARES, J. F. **Comentários ao estatuto da criança e do adolescente**. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. 423 p.

THEODORO JR., H. Prova pericial. In: THEODORO JR., H. **Curso de direito processual Civil. Teoria Geral do Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento**, v. 1, Rio de Janeiro: Forense, 2002. p. 428-436.

TRINDADE, J. **Manual de psicologia jurídica para operadores do direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2004. 309p.

ZARZUELA, J.L.; MATUNAGA, M.; THOMAZ, P.L. **Laudo pericial: aspectos técnicos e jurídicos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. 371 p.

## APÊNDICE A – Questionário da entrevista com os juízes das Varas de Família do TJDF/Brasília (com encaminhamento via correio eletrônico)<sup>22</sup>

Boa tarde,

*Em contato telefônico prévio com a Secretaria dessa Vara de Família, ficou acordado que eu poderia encaminhar e-mail com algumas questões a respeito do tema da monografia que venho desenvolvendo junto ao CEUB, como projeto de conclusão do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Processual Civil, cujo tema versa sobre a utilização de laudos psicossociais como prova pericial em processo civil.*

*São apenas três questões, que podem ser respondidas de forma breve e sem a necessidade de utilização de termos técnicos.*

*Não há necessidade de identificação e essa pequena enquete, levada a efeito junto aos juízes das Varas de Família do TJDF em Brasília, figurará no trabalho ao lado das entrevistas feitas com os profissionais do Serviço Psicossocial Judiciário do TJDF e de pesquisa jurisprudencial na 2ª Instância.*

*O que pretendemos é saber quais os sentimentos de Vossa Excelência com relação às questões levantadas, não sendo necessária, estritamente, uma opinião técnica de um operador do Direito.*

*Estarei passando nas Secretarias das Varas na sexta-feira, 13.11.2010, para recolher os questionários e elucidar quaisquer dúvidas ou questionamentos que porventura surjam.*

*Desde já agradeço toda ajuda que essa Secretaria e Vossa Excelência puderem me dispensar.*

*Grato por sua atenção, colaboração e compreensão,*

*Manoel Leão de M. Neto*

*9985-4231*

Questionário<sup>23</sup>: (grifamos em negrito)

1. Vossa Excelência, enquanto destinatário principal de laudos psicossociais, já lançou, ou lança, mão deles como subsídio (prova pericial) em suas sentenças? Com que frequência (sempre; quase sempre; às vezes; raramente; nunca)? Qual o motivo?

**R:** *Sim. Em aproximadamente 10 a 20% dos casos; normalmente naqueles em que se discute/disputa a guarda de menor, pós divórcio.*

*O parecer do SEPSI é requisitado para os casos em o juiz, após a instrução e oitiva de testemunhas, considera problemáticos. São causas complexas, com alegações graves contra um ou ambos os genitores.*

*O juiz, quando solicita um laudo o parecer (normalmente no prazo de **cinco dias**), determina, dependendo da complexidade do caso, que alguns procedimentos sejam efetivados e alguns quesitos sejam*

<sup>22</sup> Mensagem encaminhada, por meio de correio eletrônico, em 10.11.2010 a cinco das sete Varas de Família do TJDF/Brasília, em virtude das férias de dois juízes.

<sup>23</sup> Entrevista pessoal com magistrado de uma das Varas de Família do TJDF/Brasília, realizada em 13.11.2010.



*respondidos pelo perito. Dessa forma os laudos são semi-dirigidos (vide despacho saneador, anexo).*

2. Em caso positivo, com que frequência a sentença acompanhou as conclusões /recomendações do laudo?

*R: Normalmente, após produção de prova oral que confirma as conclusões/recomendações do laudo, o **juiz acata integralmente essas conclusões**. Todavia, ocorre com frequência de, após intervenção do SEPSI, aquele pai que não obteve a guarda aceitar regime de convivência alternativo (não mais apenas visitas) e as partes transigirem sobre esse ponto, não sendo necessária a utilização do laudo.*

3. Seria correto, ou estaria muito próximo da realidade, afirmar, pelo número de vezes em que se dá, que as conclusões/recomendações do laudo indicam, no dia-a-dia, os rumos do desfecho da lide? Qual seu sentimento em relação a essa tendência, se de fato ela se dá?

*R: Seria correto, sim. Tendo em vista que o **laudo reflete um conhecimento técnico que o juiz não possui**, ser-lhe-ia muito difícil ir de encontro às suas conclusões, recomendações ou indicações, pois quem emite o laudo tem preparação para isso.*



**ANEXO A - Modelo de despacho saneador utilizado por uma das Varas de Família do TJDF/Brasília para solicitação de laudo da SEPSI**

*O juízo é competente para a causa. As partes são legítimas, na medida em que titularizam a relação jurídica em debate, bem como estão regularmente representadas. O provimento é útil, necessário e a via eleita é adequada. O pedido é juridicamente possível, face à ausência de vedação no nosso ordenamento jurídico.*

*Assim, satisfeitos os pressupostos processuais e as condições da ação, declaro saneado o feito.*

*A matéria controvertida não está suficientemente elucidada.*

*Defiro a produção de prova pericial.*

*Nomeio a SEPSI para a realização da prova técnica, consistente no estudo do caso, em que deverão ser abordados, necessariamente, os seguintes tópicos, sem prejuízo de outras informações que os profissionais reputarem pertinentes:*

- a) Os genitores reúnem condições favoráveis ao exercício da guarda da menor?*
- b) É recomendável o compartilhamento da guarda entre os genitores? Caso negativo, qual dos pais reúne melhores condições para o atendimento das necessidades da criança?*
- c) Qual o melhor regime de convivência dos genitores com a criança, segundo as informações colhidas sobre a dinâmica familiar?*

*Intimem-se as partes e seus procuradores para que apresentem quesitos e indiquem assistentes técnicos, caso queiram, em 5(cinco) dias.*

*Em seguida, remetam-se os autos à SEPSI.*

## ANEXO B – Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego - Relatório da Família Psicólogos e psicanalistas - 2515

Relatório da Família

Código Família

Título

**2515**

**Psicólogos e psicanalistas**

### Títulos

**2515-05 - Psicólogo educacional** - Psicólogo da educação, Psicólogo escolar

**2515-10 - Psicólogo clínico** - Psicoterapeuta, Psicólogo da saúde, Terapeuta

**2515-15 - Psicólogo do esporte** - Psicólogo desportivo

**2515-20 - Psicólogo hospitalar**

**2515-25 - Psicólogo jurídico** - Psicólogo criminal, Psicólogo forense

**2515-30 - Psicólogo social**

**2515-35 - Psicólogo do trânsito**

**2515-40 - Psicólogo do trabalho** - Psicólogo organizacional

**2515-45 - Neuropsicólogo**

**2515-50 - Psicanalista** - Analista (psicanálise)

**2515-55 - Psicólogo acupunturista**

### Descrição Sumária

Estudam, pesquisam e avaliam o desenvolvimento emocional e os processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições, com a finalidade de análise, tratamento, orientação e educação; diagnosticam e avaliam distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social, elucidando conflitos e questões e acompanhando o(s) paciente(s) durante o processo de tratamento ou cura; investigam os fatores inconscientes do comportamento individual e grupal, tornando-os conscientes; desenvolvem pesquisas experimentais, teóricas e clínicas e coordenam equipes e atividades de área e afins.

### Formação e experiência

Para os trabalhadores dessa família é exigido o nível superior completo e experiência profissional que varia segundo a formação. Para os psicólogos, de um modo geral, pede-se de um a quatro anos, como é o caso do psicólogo clínico. Para o psicanalista é necessário, no mínimo, cinco anos de experiência. Os cursos de qualificação também variam de cursos básicos de duzentas a quatrocentas horas-aula, como no caso do psicólogo hospitalar, mais de quatrocentas horas-aula para os psicólogos jurídicos, psicanalistas e neuropsicólogos, até cursos de especialização para os psicólogos clínicos e sociais. A formação desses profissionais é um conjunto de atividades desenvolvidas por eles, mas os procedimentos são diferentes quanto a aspectos formais relacionados às instituições que os formam.

### Condições gerais de exercício

Os profissionais dessa família ocupacional atuam, principalmente, em atividades ligadas a saúde, serviços sociais e pessoais e educação. Podem trabalhar como autônomos e/ou com carteira assinada, individualmente ou em equipes. É comum os psicólogos clínico, hospitalar, social e neuropsicólogos trabalharem com supervisão. Têm como local de trabalho ambientes fechados ou, no caso dos neuropsicólogos e psicólogos jurídicos, pode ser a céu aberto. Os psicólogos clínicos, sociais e os psicanalistas, eventualmente, trabalham em horários irregulares. Alguns deles trabalham sob pressão, em posições desconfortáveis durante longos períodos, confinados (psicólogos clínicos e sociais) e expostos a radiação (neuropsicólogo) e ruídos intensos. A ocupação psicanalista não é uma especialização, é uma formação, que segue princípios, processos e procedimentos definidos pelas instituições reconhecidas internacionalmente, podendo o psicanalista ter diferentes formações como: psicólogo, psiquiatra, médico, filósofo etc.

### Código internacional CIUO88

2445 - Psicólogos

### Notas

Norma regulamentadora: Lei nº 4.119, de agosto de 1962. Decreto nº 53.464, de 21 de janeiro de 1964 - Regulamenta a Lei nº 4.119, de agosto de 1962, que dispõe sobre a profissão de Psicólogo. É comum os Psicólogos e Psicanalistas exercerem mais de uma ocupação. Nesses casos classificá-los na função predominante.

### GACS - Atividades

- A - AVALIAR COMPORTAMENTOS PSÍQUICOS
- B - ANALISAR - TRATAR INDIVÍDUOS, GRUPOS E INSTITUIÇÕES
- C - ORIENTAR INDIVÍDUOS, GRUPOS E INSTITUIÇÕES
- D - ACOMPANHAR INDIVÍDUOS, GRUPOS E INSTITUIÇÕES
- E - EDUCAR INDIVÍDUOS, GRUPOS E INSTITUIÇÕES
- F - DESENVOLVER PESQUISAS EXPERIMENTAIS, TEÓRICAS E CLÍNICAS
- G - COORDENAR EQUIPES E ATIVIDADES
- H - PARTICIPAR DE ATIVIDADES PARA DIVULGAÇÃO PROFISSIONAL
- I - REALIZAR TAREFAS ADMINISTRATIVAS
- [...]
- Z - DEMONSTRAR COMPETÊNCIAS PESSOAIS

### Recursos de Trabalho

Mapas e Tabelas  
 Testes  
 Questionários e Inventários  
 Material gráfico  
 Material lúdico

### Participantes da Descrição

#### Especialistas

Delvo Ferraz Da Silva  
 Maria Da Conceição Veloso Maciel  
 Márcia Maria Fernandes Pires  
 Renata Cruz Sanches  
 Sônia Regina Hosoume Chiba

#### Instituições

Hospital Israelita Albert Einstein - Hiae

#### Instituição Conveniada Responsável

Fundação Instituto De Pesquisas Econômicas - Fipe - Usp

### Glossário

Funcional = funcionamento dos órgãos Mecanismos homeostáticos = recursos naturais que o corpo possui para promover o equilíbrio (fundamento da medicina tradicional chinesa - MTC)

## ANEXO C – LAUDO PSICOSSOCIAL



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS  
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE TAGUATINGA  
SECRETARIA PSICOSSOCIAL JUDICIÁRIA – SEPSI  
SUBSECRETARIA DE ATENDIMENTO A FAMILIAS JUDICIALMENTE ASSISTIDAS – SUAF  
SERVIÇO DE ATENDIMENTO A FAMILIAS COM AÇÃO CÍVEL – SERAF SUL



PARECER TÉCNICO Nº S/2009

### I – IDENTIFICAÇÃO

Caso n.º: -S/2009

Processo n.º: 2008.

Vara: 2ª Vara Cível, Família, Órfãos e Sucessões de Santa Maria - DF

Juiz: Dr. Max Abrahão Alves de Souza

Ação: Modificação de Guarda

Requerente: R V de S

Requerida: C S A

Adolescente em questão: S R A de S

### II – PROCEDIMENTOS

Os presentes autos foram encaminhados a estes profissionais em 08-09-09, constando despacho na fl. 72, no seguinte teor: “(...) determino sejam os autos remetidos ao Setor Psicossocial Forense, a fim de que apresentem laudo após entrevista com as partes envolvidas e o menor”. Para o cumprimento do despacho foram adotados os seguintes procedimentos técnicos:

11-09-09 – realizado atendimento com os genitores de S, Sr. R, requerente, e Sra. C, requerida;

17-09-09 - realizados atendimentos com S, adolescente em questão, e com o Sr. R e Sra. C, na seguinte ordem:

1º S ;

2º Sr. R e Sra. C

### III – ANÁLISE TÉCNICA

O requerente, Sr. R, 59 anos, casado, advogado, informou renda mensal de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), e residir com sua esposa, Sra. M, 42 anos, professora, sem renda informada.

A requerida, Sra. C, 36 anos, divorciada, auxiliar administrativo, informou renda mensal de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais), e residir com as filhas: J, 18 anos, auxiliar administrativo, renda mensal informada de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais), e S, 12 anos, estudante, adolescente em questão.





PODER JUDICIÁRIO  
SUBSECRETARIA DE ATENDIMENTO A FAMÍLIAS JUDICIALMENTE ASSISTIDAS - SUAF  
SERVIÇO DE ATENDIMENTO A FAMÍLIAS COM AÇÃO CÍVEL - SERAF SUL  
PARECER TÉCNICO 278-S/2009



De acordo com os relatos, O Sr. R e a Sra. C se conheceram durante a infância. No ano de 1996, eles começaram o relacionamento afetivo, o qual teve uma duração de oito anos e meio. S, única filha do casal, nasceu após dois anos de relacionamento, quando o par parental já estava coabitando. A separação legal se deu no ano de 2005, vez que, segundo o Sr. R a relação já estava muito desgastada em razão dos ciúmes excessivos da então companheira. Por sua vez, a Sra. C relacionou o desgaste da união conjugal a possíveis episódios de infidelidade por parte do ex- companheiro, a diferença de idade entre ambos e também à interferência de alguns familiares. Após a separação do par parental, S continuou residindo com a mãe e a irmã e os contatos pai/filha permaneceram ocorrendo de forma livre e freqüente, sendo essa a organização que ora se apresenta.

Quanto aos motivos para a presente Ação, o Sr. R informou que partiu de um pedido que lhe foi apresentado pela filha através de uma carta, bem como de outras queixas posteriores. Segundo ele, a adolescente teria relatado maus tratos por parte da mãe e da irmã mais velha, além de apresentar prejuízos no rendimento escolar. Por sua vez, a Sra. C disse que a filha manifestou o desejo de morar com o pai no ano passado, sempre nas ocasiões em que lhe eram atribuídas algumas tarefas domésticas. Segundo a requerida, S teria escrito a carta ao pai, fl. 13 dos autos, após um episódio de desentendimento entre elas, entendendo que esta foi apenas uma alternativa encontrada pela adolescente para não colaborar com as responsabilidades de casa. Ela disse que, de fato, vivenciou momentos difíceis na relação com S, provavelmente em função dos conflitos entre o par parental, mas avalia que as dificuldades foram superadas, razão pela qual ela acredita que a atual organização deve ser mantida.

No atendimento com S, percebeu-se uma adolescente inteligente, comunicativa e vinculada afetivamente aos genitores e aos demais membros das famílias ampliadas. A adolescente demonstrou incômodo frente à dinâmica relacional estabelecida pelos pais e o desejo de que a disputa seja finalizada. Em atendimento, S reconheceu e positivou o esforço da genitora para atender as necessidades dela e da irmã, demonstrando, inclusive, a compreensão de que os momentos de estresse vivenciados na relação com a senhora C resultaram de um desgaste emocional da genitora, aparentemente em razão de uma excessiva carga laboral, bem como pelos comportamentos questionadores e sentimentos de incompreensão que caracterizam a passagem pela adolescência. Segundo Petro (1995), a partir da pré-adolescência, o jovem desenvolve uma necessidade crescente de autonomia e independência e, nessa busca, apresenta-se mais sensível e suscetível aos conflitos com as gerações hierarquicamente superiores e com as normas de comportamento que lhe são impostos pelos cuidadores diretos. Durante esse momento de mudança,



PODER JUDICIÁRIO  
SUBSECRETARIA DE ATENDIMENTO A FAMÍLIAS JUDICIALMENTE ASSISTIDAS - SUAF  
SERVIÇO DE ATENDIMENTO A FAMÍLIAS COM AÇÃO CÍVEL - SERAF SUL  
PARECER TÉCNICO 278-S/2009



é necessária a renegociação e a redefinição dos papéis dentro da família. Acredita-se que, no presente caso, devido à inexistência de diálogo entre os genitores, uma dificuldade relacional comum na adolescência acabou gerando uma disputa judicial pela guarda de S<sup>1</sup>. Essa adolescente também demonstrou que o genitor tem participação ativa em seu desenvolvimento, inclusive propiciando condições adequadas para que ela adquira rendimento escolar satisfatório.


Foi possível constatar que a comunicação entre o par parental se mostra totalmente interrompida, o que tem impedido o diálogo acerca dos cuidados demandados pela adolescente. Percebeu-se que o Sr. R se mostra mais resistente à retomada do diálogo, adotando decisões unilaterais em relação às necessidades apresentadas pela filha. O genitor demonstrou um foco excessivo na importância das questões financeiras para os cuidados de S, enfatizando constantemente o fato de ter uma condição social melhor, bem como condicionando os benefícios materiais que poderá conceder à filha à decisão de que ela passe a morar na residência paterna. Cabe informar que, segundo o Sr. R, a casa onde a Sra. C reside com as filhas também está sendo objeto de litígio entre ele e a ex-companheira.

Ante as percepções apresentadas neste parecer, refletiu-se com o par parental sobre os prejuízos decorrentes de um contexto relacional caracterizado pela falta de diálogo, enfatizando-se a necessidade de diferenciação entre questões resultantes da conjugalidade e aquelas específicas das funções parentais. Durante o estudo, enfatizou-se o direito de S de conviver harmonicamente com os membros dos dois núcleos familiares e refletiu-se sobre a responsabilidade de ambos os genitores de contribuírem com as necessidades/cuidados dos filhos, independentemente do local de residência.

#### IV – CONCLUSÃO

Diante do exposto e do ponto de vista psicossocial, considera-se que, no momento, a atual organização familiar, na qual S, adolescente em questão, reside com a mãe, Sra. C, e tem contatos livres e freqüentes com o pai, Sr. R, tem atendido de forma satisfatória às necessidades básicas e afetivas da adolescente. Constatou-se que S se encontra igualmente vinculada aos dois genitores e tem se beneficiado das atenções que o pai e a mãe lhes dedicam no cotidiano, razão pela qual não se visualizou, no momento, necessidade de alteração da guarda.

Taguatinga-DF, 26 outubro de 2009.

  
T. C. C.  
Mat. 315100 - TJDF  
Psicólogo - CRP 01/13636

  
T. C. A.  
TJDF - Analista Judiciário - Mat. 311536  
Assistente Social - CRESS/2111 8ª Região

<sup>1</sup> Preto, N. G. (1995). Transformação do sistema familiar na adolescência. Em: Carter, B. & McGoldrick, M. (1995). As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar. Porto Alegre: Artes Médicas.



**ANEXO D – SENTENÇA DE VARA DE FAMÍLIA**

Poder Judiciário da União  
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios  
2 Vara Cível, Família, Órfãos e Sucessões da Circunscrição Judiciária de Santa  
Maria

Folha Nº

155

**Processo** : 2008.  
**Ação** : MODIFICACAO DE GUARDA  
**Requerente** : R V DE S  
**Requerido** : C S A

**SENTENÇA**

R V DE S , deduziu a presente demanda em face de C S A , ambos devidamente qualificados nos autos, visando regularizar a guarda da menor S R A DE S , fundamentando sua pretensão em dispositivos da Constituição Federal, Código Civil e Estatuto da Criança e do Adolescente.

Aduz que por força de acordo celebrado na dissolução consensual firmada entre os ora litigantes, a requerida ficou com a guarda da menor S , que ultimamente a menor vem se queixando de problemas, sendo obrigada a trabalhar no serviço doméstico de sua casa, prejudicada nos estudos.

Assevera que a menor está sem as mínimas condições de ter um acompanhamento sócio educativo e psicológico, que por diversas vezes a menor se queixou das ameaças da mãe, com medo de apanhar, se não fizesse as tarefas de casa, como também os serviços domésticos.

Afirma reunir condições para assegurar à menor uma vida digna em um ambiente familiar saudável, com uma boa educação.





Poder Judiciário da União  
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios  
2 Vara Cível, Família, Órfãos e Sucessões da Circunscrição Judiciária de Santa  
Maria

Folha Nº

156

Por fim, requer os benefícios da justiça gratuita, citação da parte ré, intimação do Ministério Público, seja oficiado ao seu órgão empregador a fim de que se abstenha de depositar a pensão alimentícia em favor da requerida, procedência do pedido. Junta documentos às fls. 10/23.

A requerida, devidamente citada à fl. 30, compareceu em Juízo apresentando sua contestação às fls. 36/39.

Ao contestar, a parte ré alegou que, divide as tarefas domésticas entre as filha, por uma questão de disciplina e aprendizado, mas não determina tarefas que estejam além das possibilidades delas, que cabe a menor S arrumar seu próprio quarto todos os dias, lavar louças alternativamente com a irmã.

Professa que trabalha como cozinheira no horário 08hs às 18hs, oportunidade em que deixava a menor sobre a responsabilidade de sua irmã J , com idade de 18 anos à época. Que o autor durante 05 anos esteve ausente da vida da filha, tendo se aproximado da menor apenas no ano de 2008.

Declara que a aproximação do genitor da menor à menor S , foi vista pela requerida como um bom acontecimento, haja vista a importância do pai na vida da criança, mas os argumentos trazidos na inicial para modificação de guarda não se sustentam.

Pugna, por fim, requer os benefícios da justiça gratuita, improcedência do pedido autoral, via de consequência. Juntou documentos de fls. 41/54.





Poder Judiciário da União  
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios  
2 Vara Cível, Família, Órfãos e Sucessões da Circunscrição Judiciária de Santa  
Maria

Folha Nº

157

Em réplica, acostada às fls. 62/63, o autor refuta os argumentos lançados na contestação e reitera os pedidos constantes da exordial.

Para melhor orientação deste Juízo, determinou-se a realização do estudo psicossocial, o qual foi encartado aos autos às fls. 84/87.

As partes e o Ministério Público foram cientificados do Parecer do Serviço Psicossocial Forense.

Designou-se audiência de instrução e julgamento. Abertos os trabalhos, proposta a conciliação, não houve acordo; renovada a proposta, esta restou infrutífera. Iniciada a instrução, foram três testemunhas arroladas pelo autor, de uma testemunha arrolada pela ré, além do depoimento da menor S

. Em alegações finais, as partes remeteram-se aos termos e manifestações já realizados.

Em parecer final, a representante do Ministério Público, pugnou pela improcedência do pedido do autor, por entender que os interesses da menor S estarão melhores resguardados com a ré (fls. 144/152).

É o relatório.

DECIDO.

A legislação que rege o tema em apreço estipula, como regra, que compete aos pais, em igualdade de condições, exercer o poder familiar, assegurado a qualquer deles o direito de, em caso de discordância, recorrer à autoridade judiciária competente para a solução da divergência, é o que dispõe o art. 21, do Estatuto da Criança e do Adolescente.



Poder Judiciário da União  
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios  
2 Vara Cível, Família, Órfãos e Sucessões da Circunscrição Judiciária de Santa  
Maria

Folha Nº

158

Há de se ressaltar, ainda, que na solução dos conflitos entre os genitores, o Código Civil de 2002, em seu art. 1.584, disciplinou o tema atribuindo-se a guarda a quem revele melhores condições para exercê-la.

Com efeito, a presente demanda tem por objeto a atribuição de responsabilidade a quem deva manter a menor sob sua guarda. O bem estar desta deve, pois, ser o elemento fundamental a nortear a decisão deste juízo. Cumpre aquilatar, portanto, as condições afetivas e materiais em que a menor está inserida e, também, aquelas para onde se pretende que ela seja transferida.

Devem ser aferidos, outrossim, os impactos emocionais que eventual alteração no modo de vida a que está habituada, as relações afetivas com as pessoas com quem deverão conviver, sua inserção no meio familiar daquele que postula sua guarda.

A prova documental demonstra que o autor é genitor e a ré é genitora da menor.

Como em ação desta natureza, deve-se primar pelo bem-estar dos menores, a fim de resguardar seus interesses, reputo necessário lançar mão também do parecer técnico elaborado pelo Serviço Psicossocial Forense, o qual assim concluiu, "in verbis":

***"Diante do exposto e do ponto de vista psicossocial, considerando-se que, no momento, a atual organização familiar, na qual S, adolescente em questão, reside com a mãe, Sr***



Poder Judiciário da União  
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios  
2 Vara Cível, Família, Órfãos e Sucessões da Circunscrição Judiciária de Santa  
Maria

Folha Nº

153

**C** , e tem contatos livres e frequentes com o pai, Sr. R , tem atendido de forma satisfatória às necessidades básicas e afetivas da adolescente. Constatou-se que S se encontra igualmente vinculada aos dois genitores e tem se beneficiado das atenções que o pai e a mãe lhes dedicam no cotidiano, razão pela qual não se visualizou, no momento, necessidade de alteração da guarda”.

Em sede de audiência de instrução e julgamento a própria menor afirmou à fl. 135 que:

**“(...)que mora com a mãe, que está bem com ela; que tinha interesse de ir morar com o pai, mas há um tempo está preferindo morar com sua mãe, uma vez que melhorou muito o relacionamento com esta nos últimos tempos(...); (...) que já falou para o seu pai o seu desejo de continuar morando com sua mãe; que atualmente tem ficado todos os finais de semana com o seu pai e inclusive as férias escolares (...).**

Ante o cotejo da prova oral e da prova técnica, verifica-se que a menor demonstra afeto pelo genitor e pela genitora, entretanto, vislumbro que, no caso em tela, a guarda da menor deve permanecer com a ré, por ser a medida que melhor assegurará o bem estar e o desenvolvimento da menor S , ressaltado o direito de visitas ao







Poder Judiciário da União  
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios  
2 Vara Cível, Família, Órfãos e Sucessões da Circunscrição Judiciária de Santa  
Maria

Folha Nº

164

autor, na forma fixada perante a Primeira Vara de Família, Órfãos e Sucessões do Gama/DF, cujo termo fora acostado à fl. 18.

Ante o exposto, acolhendo o bem lançado parecer ministerial de fls. 144/152, e, com esteio no art. 269, inciso I, do CPC, **julgo improcedente o pedido autoral**, e mantenho a guarda da menor S. à sua genitora C

Em razão da sucumbência, tratando-se de causa de singela complexidade e que não demandou maiores incursões jurídicas, nos termos da alínea "c", do § 3º, do art. 20, do CPC, e com observância aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, a teor do art. 20, § 4º, 3ª figura do CPC, condeno o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios ao autor, os quais arbitro em R\$ 300,00 (trezentos reais), acrescidos, oportunamente, da correção monetária que couber, na forma da legislação vigente, a partir do ajuizamento da ação.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

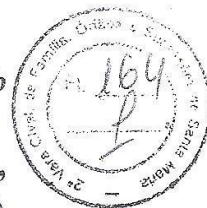
Santa Maria - DF, segunda-feira, 05/04/2010 às 19h09.

Max Abrahão Alves de Souza  
Juiz de Direito

84/10

## ANEXO E – APELAÇÃO AO TJDF

Advogado



EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL, FAMÍLIA,  
ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA  
MARIA/DF



Processo n. 2008.

R V DE S, já qualificado, nos autos da AÇÃO  
MODIFICAÇÃO DE GUARDA que move em face de C  
S, processo em epígrafe, vem, respeitosamente, perante  
Vossa Excelência, por intermédio de seu advogado, face à r. sentença de  
fls. 155/160, com fulcro no artigo 513 e seguintes do CPC, interpor a  
presente:

### *Apelação Cível*

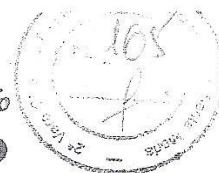
requerendo seja recebido o presente recurso no seu duplo efeito (art. 520 do  
CPC) e, após, cumpridas as formalidades legais, sejam os presentes autos  
encaminhados ao egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Preparo devidamente efetuado, comprovante em anexo (doc.1)

Nesses termos, pede deferimento.  
Brasília, DF, 27 de abril de 2010.

  
OAB/DF

Advogado



# EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Processo n. 2008.

Origem.....:	2ª VARA CÍVEL, FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA MARIA/DF
--------------	--

Apelante.....:	R	V	DE S	
Advogado.....:	A	L	M	OAB/DF

Apelada.....:	C	S	A	
Advogado.....:	DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL			

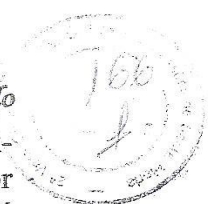
## Razões de Apelação

### I – DAS RAZÕES PARA A REFORMA DA R. SENTENÇA

1. Merece reforma a r. sentença objurgada, vez que não fora reconhecido por sentença o direito do ora apelante no que tange a guarda de sua filha, contudo a reforma da r. sentença vergastada é medida que se impõe.

3

Advogado

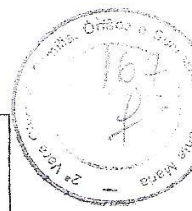


2. O apelante ajuizou ação de Modificação de Guarda face sua ex-companheira, com intuito de trazer para seu seio familiar a menor impúbere S , também já qualificada, com finalidade exclusiva de atender aos anseios da infante, onde expressa sua vontade subjetiva de conviver junto ao Pai (fl. 13) pelas razões de fato e de direito que abaixo se segue.
3. Relata em carta manuscrita pela própria menor (fl. 13) que não há mais como viver com a mãe por questões de abuso do pátrio poder. Relata ainda, que não é feliz morando com a mãe que a trata como lixo e como empregada (fl. 13).
4. I. Julgadores há de se ressaltar o fato de que na carta juntada aos autos há relatos de ameaça à menor perpetrados por sua genitora e sua irmã maior (enteada do requerente), contudo, isso massacra o psicológico da menor, que teme uma hora outra ser vítima de agressões de ambas, a própria mãe e a própria irmã.
5. Ainda nesta senda, resta expresso na carta escrita pela menor, que sua mãe a proíbe de viajar com seu pai ora requerente, que está sendo “jogada fora” e “largada”.
6. Ora I. Julgadores, a carta expressa o mais puro e singelo sentimento da menor, sentimento esse trazido do fundo de sua alma, onde descreve com toda a convicção ter conhecimento do ato ilícito que vem acontecendo com ela.
7. É bem certo que o sentimento da menor não foi acatado pelo douto juízo e deve sem dúvida nenhuma ser levado em consideração, pois, a carta escrita se consubstancia na mais pura verdade, portanto, tal documento tende a ser reapreciado e valorado, pois, se ao contrário acontecesse, de onde a menor retiraria estas alegações? Criança não mente!
8. A sentença proferida, sem sombra de dúvidas fora prolatada nas formalidades de direito, ou seja, provas técnicas deixando a desejar o fato que ensejou o presente pleito, qual seja, “A Carta”, contudo, o magistrado tem que analisar concomitantemente a prova de direito com as alegações de fato.

f



Advogado



CIVIL. MODIFICAÇÃO DE GUARDA. ALEGAÇÃO DE DIFICULDADES FINANCEIRAS DOS PAIS. RECURSO IMPROVIDO.

1. É de ser mantida sentença que, em pedido de modificação de guarda de menor o indefere com esteio no princípio do melhor interesse da criança.

**2. Em processos de guarda de menor, busca-se atender aos interesses da criança, sendo a estabilidade social hábil a ensejar o desenvolvimento material, moral e social adequado ao menor o elemento decisivo para o deferimento da guarda.**

3. Diante da não comprovação do alegado, o indeferimento do pedido de modificação de guarda do infante é medida que se impõe.

4. Recurso conhecido e improvido.  
(20090110326369APC, Relator NILSONI DE FREITAS, 5ª Turma Cível, julgado em 24/03/2010, DJ 08/04/2010 p. 209)

9. Conforme a ementa acima, podemos concluir que em processo de guarda de menor, busca-se a atender aos interesses da criança, todavia, não foi o que aconteceu na r. sentença. A carta manuscrita pela menor exprime aquilo que não podemos ver, pois, advinda de agruras sofrida pela menor no âmbito do convívio materno.

10. Não é demais salientar que no decorrer do processo a genitora mudou seu comportamento perante a filha e, quer mostrar aquilo não é, quiça, para não deixar de receber a pensão dada à filha que pela genitora é administrada, neste tom pergunta-se:

- Será que quando acabar o processo tudo correrá as mil maravilhas entre mãe e filha?
- Será que a filha não será assediada pela mãe que poderá desferir invectivas pelo fato de ter permanecido com a guarda da mesma?
- Será que tal decisão terá o condão de modificar a maneira de tratamento a que era despendido face a menor?
- Será que a mãe e a irmã não mais ameaçarão a menor, depois que terminar os procedimentos judiciais?

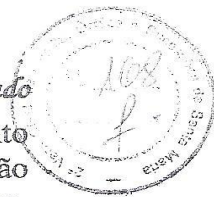
11.I. Julgadores, conforme entendimento jurisprudencial abaixo colacionado, em não havendo consenso entre os pais, tende a ser acatadas as condições ofertadas pelos genitores, até mesmo no tocante a remuneração percebida por eles, ou seja, qual deles proporcionará a melhor qualidade vida à menor, como se pode observar, o genitor é o que melhor a pode representar neste aspecto.

A



5

Advogado



12. Resta ainda consignar o fato de que no local onde reside à menor junto com a mãe e a irmã, moram também duas mulheres de outro estado, não podendo, pois, saber da procedência das mesmas e, demais disso soube-se alhures que a casa às vezes é visitada por pessoas estranhas que não se sabe precisar o motivo da visita.
13. Consigna ainda, que a irmã maior da infante tem namorado adulto, e que namora dentro de casa, e que a mesma fora flagrada pela menor dezenas de vezes em conduta não condizente a ética a moral e os bons costumes e que, o convívio com esse tipo de atitude pode acarretar danos a infante de difícil reparação.
14. Ante as alegações acima expendidas far-se-á necessário renove-se a avaliação da criança pelos profissionais competentes com a medida necessária a preservação do bem estar da infante.
15. Neste diapasão, colaciona abaixo jurisprudência que trata expressamente o caso, *in verbis*:

PROCESSO CIVIL E FAMÍLIA. MENOR. PEDIDO DE MODIFICAÇÃO DE GUARDA FORMULADO PELO PAI. FATOS SUPERVENIENTES APRESENTADOS NA INSTÂNCIA RECURSAL. NOTÍCIA DE AGRESSÃO. PRELIMINAR DE REALIZAÇÃO DE NOVO ESTUDO PSICOSSOCIAL. NECESSÁRIA REAVALIAÇÃO DA MENOR. PRESEVAÇÃO DO BEM-ESTAR DA CRIANÇA.

1. Nos casos em que se discute a guarda de menores, e não havendo consenso entre os pais, convém destacar a necessária observância das condições ofertadas por cada um dos genitores.

2. Contudo, havendo notícia na instância recursal de que a menor estaria sendo vítima de agressão pelo pai, necessário que os autos sejam encaminhados para a realização de novo estudo psicossocial.

3. Em casos tais, impõe-se o acolhimento da preliminar suscitada pelo Parquet, devendo renovar-se a avaliação da criança pelos profissionais competentes como medida necessária à preservação do bem estar da infante.

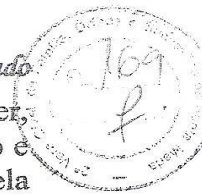
4. Acolhida a preliminar suscitada pelo Ministério Público para, tornando-se sem efeito a r. sentença hostilizada, determinar o retorno dos autos à instância de origem a fim de que seja realizado novo estudo psicossocial.

16. Ainda, a mencionada Sentença de fls. 155 usque 160 está baseada no Parecer do Psicossocial, fls. 85/87, assim entendendo o MP, um estudo social nos termos do art. 167 do Estatuto da Criança e do Adolescente, entendimento esse que corrobora a ementa acima colacionada.

f

6

Advogado



17. Contestado pelo requerente, este alegou inconsistência no r. parecer, pelo que não encontrou subsidio que levasse a um parecer conclusivo e consistente e, inclusive na questão da pressão psicológica apontada pela menor, quando a mesma disse ter sido tratada como LIXO. SERÁ VERDADE OU MENTIRA? GRIFO. Expressão esta não observada pelo psicossocial.

18. Também as fls.80, o requerente apontou registro no CONSELHO TUTELAR, na questão da menor, na época com idade inferior a 12 anos ter ficado varias vezes sozinha em casa. Também não observado pela Assistente Social.

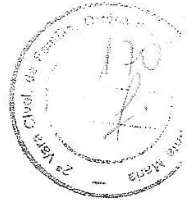
19. Por derradeiro, urge salientar o fato de que a r. sentença deixou a desejar e não levou em consideração fatos preponderantes e indispensáveis ao deslinde do presente feito, devendo, pois, ser tornada sem efeito a r. sentença hostilizada, determinando o retorno dos autos a instância de origem a fim de que seja realizado novo estudo psicossocial.

## II – DOS PEDIDOS

*Ex positis*, pede-se e requer:

- a). Seja conhecido e provido o presente recurso, para, reformando *in totum* a r. sentença de fls. 155/160, julgar, ao final, procedentes os pedidos elencados na exordial;
- b). Seja tornada sem efeito a r. sentença hostilizada e o conseqüente retorno dos autos para instância de origem;

7

*Advogado*

- c). Pelos fatos narrados e por questão de ordem pública e valoração da prova, seja realizado novo estudo psicossocial da menor, afim seja esclarecido e levado em consideração aquilo que realmente ensejou a presente ação e também pela informação que na residência onde convive a infante morar pessoas estranhas a família, se tal fato pode prejudicar ou não a formação do caráter da infante;
- d). Seja condenada a apelada, ao pagamento das custas processuais e honorário advocatícios a serem arbitrados pelo Douto juízo.

Nesses termos, pede deferimento.  
Brasília, DF, 27 de abril de 2010.

  
OAB/DF N°

**ANEXO F – INTEIRO TEOR DO ACÓRDÃO DE TURMA CÍVEL DO TJDF**  
**(ementa no corpo do trabalho – fl. 46)**

**R E L A T Ó R I O**

Adoto, em parte, o relatório constante do r. parecer de fls. 190/198, *in verbis*:

*“Trata-se de recurso de apelação interposto por **R. V. de S.**, em ação de modificação de guarda, contra decisão que manteve a guarda da menor **S. R. A. de S.** à sua genitora **C. S. A.**”*

*Em breve histórico dos principais aspectos da controvérsia, impende destacar que o ora Apelante, na instância de origem, ajuizou a ação de modificação de guarda em desfavor de C. S. A., requerendo a alteração da guarda da menor S. R. A. de S., fundamentando sua pretensão em dispositivos da Constituição Federal, do Código Civil e do Estatuto da Criança e do Adolescente.*

*Informou, o autor, que, por força do acordo celebrado por ocasião da dissolução da sociedade conjugal entre ele e a genitora da menor, esta ficou com a guarda de Sara Roberta.*

*Asseverou que a menor passou a se queixar de problemas com a mãe, alegando que estava sendo obrigada a realizar trabalhos domésticos, prejudicando seus estudos.*

*Afirmou possuir condições para assegurar à menor uma vida digna em um ambiente familiar saudável, proporcionando-lhe uma boa educação.*

*Pretendia, então, a guarda definitiva da menor S. R..*

*O Ministério Público oficiou pela improcedência do pedido inicial, a fim de que a menor permanecesse sob a guarda de sua genitora, o que foi acolhido, conforme sentença proferida pelo MM. Juiz da 2ª Vara Cível, Família, Órfãos e Sucessões de Santa Maria/DF.*

*Inconformado, o requerido interpôs o presente recurso de apelação (fls. 164/170), postulando a cassação da sentença hostilizada, com o conseqüente retorno dos autos à instância de origem, bem como a realização de novo estudo psicossocial da menor S. R..*

*Em suas razões de recurso, o apelante alega que o MM. Juiz prolator da sentença atacada não considerou o sentimento da menor, expresso na carta manuscrita por ela e juntada aos autos à fl. 13, tendo se baseado, ao proferir a sentença, apenas em provas técnicas.*

*Assevera que possui melhores condições financeiras que a apelada e que, por essa razão, entende ter condições de proporcionar uma melhor qualidade de vida à sua filha.*

*Argumenta, o apelante, que, na residência em que a menor vive, moram, além de sua genitora e sua irmã, outras duas mulheres, cuja procedência é por ele desconhecida, sendo que a casa é, ocasionalmente, visitada por pessoas estranhas.*



*Por fim, diz que a irmã da menor tem um namorado e que, por diversas vezes, S. R. flagrou cenas não condizentes com a moral e os bons costumes protagonizadas pelo casal, fato esse que pode acarretar danos de difícil reparação à infante.*

*Diante do exposto, requer que seja tornada sem efeito a sentença combatida, com o consequente retorno dos autos à instância de origem e que seja determinada a realização de um novo estudo psicossocial da menor.*

*Em contra-razões, a apelada argumenta, em síntese, que a sentença deve ser mantida na íntegra, uma vez que o panorama fático-probatório descrito nos autos indica a necessidade da menor ser mantida sob sua guarda.*

*Aduz que o Relatório Psicossocial da fls. 85/87 concluiu que a menor deve permanecer sob sua guarda. Afirma, ainda, que possui melhores condições para exercer a guarda da infante, reunindo maior capacidade para assegurar à filha condições ambientais, psicológicas e emocionais saudáveis e satisfatórias.*

*Argumentou, a apelada, por fim, que, ouvida em juízo, sua filha S. R. assegurou preferir continuar residindo com a mãe e sua irmã.*

*De todo o exposto, pugna pelo desprovemento do recurso de apelação ora interposto.”*

Acrescento que a ilustre Procuradora de Justiça, Dra. Eunice Pereira Amorim Carvalhido, oficiou pelo conhecimento e não provimento do recurso.

É o relatório.

## VOTOS

### O Senhor Desembargador HUMBERTO ADJUTO ULHÔA - Relator

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.

Trata-se de apelação cível interposta contra a r. sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, Família, Órfãos e Sucessões da Circunscrição Judiciária de Santa Maria/DF que em ação de modificação de guarda julgou improcedente o pedido, mantendo a guarda da menor com a genitora.

#### Preliminar de nulidade da sentença:

Inicialmente, quanto ao pedido para que seja anulada a r. sentença, sob o argumento de que o *decisum* monocrático baseou-se apenas no parecer psicossocial, descurando-se das alegações de fato, requerendo também a realização de novo estudo psicossocial, entendo que não merece acolhida.

Verifico que o parecer técnico colacionado às fls. 85/87, ao contrário do que alega o apelante, mostrou-se sólido e claro, porquanto foram adotados os procedimentos técnicos de atendimento com os genitores e com a menor, separadamente e em conjunto, além de ter sido assinado por dois profissionais, o psicólogo e a assistente social do juízo, não merecendo guarida a pretensão de ser realizado novo estudo psicossocial.

Ainda, importante salientar que a questão da “*pressão psicológica*” alegada pelo recorrente foi devidamente analisada pelo serviço psicossocial, restando consignado no laudo, quando da entrevista da menor, que a adolescente “*(...) reconheceu e positivou o esforço da genitora para atender as necessidades dela e da irmã, demonstrando, inclusive, a compreensão de que os momentos de estresse vivenciados na relação com a senhora C. resultaram de um desgaste emocional da genitora, aparentemente em razão de uma excessiva carga laboral, bem como pelos comportamentos questionadores e sentimentos de incompreensão que caracterizam a passagem pela adolescência.*” (grifei)

Observa-se, ademais, que o ilustre magistrado, para o deslinde da presente demanda, fundamentou-se não apenas no aludido laudo psicossocial, mas também nas provas orais e documentais acostadas aos autos, não havendo, portanto, que se falar em nulidade da sentença.

Dessa forma, **rejeito a preliminar de nulidade** da r. sentença de primeiro grau suscitada pelo apelante.

#### Mérito:

Quanto ao mérito, de igual forma, não assiste razão ao apelante.

Primeiramente, insta salientar que o instituto da guarda deve atentar para o interesse do menor, independentemente dos ressentimentos entre os pais do infante, porquanto devem ser levadas em consideração as necessidades atinentes à criança, buscando sempre o seu bem estar, atribuindo a guarda àquele que revelar melhores condições para exercê-la.

Analisando detidamente os presentes autos, verifico que o parecer psicossocial, apesar de afirmar que a menor “*(...) se encontra igualmente vinculada aos dois genitores e tem se beneficiado das atenções que o pai e a mãe lhes dedicam no cotidiano*”, concluiu que a atual organização familiar, na qual a adolescente reside com a mãe, tem atendido de forma satisfatória às necessidades básicas e afetivas da infante, devendo ser mantida a guarda com a genitora, consoante determinou o ilustre Magistrado *a quo*.

No que se refere à alegação de que “*o sentimento da menor não foi acatado pelo duto juízo e deve sem dúvida nenhuma ser levado em consideração, pois, a carta escrita se consubstancia na mais pura verdade*”, entendo que não prospera.

Ora, a própria adolescente declarou em juízo (fl. 135) “*que tinha interesse de ir morar com o pai, mas há um tempo está preferindo morar com a sua mãe, uma vez que melhorou muito o relacionamento com esta*”, sendo que a referida carta foi escrita no momento de estresse, típico da adolescência, em que a menor se encontrava mais sensível aos conflitos,

destaque-se, dificuldade que já restou superada, consoante consignado no parecer psicossocial (fl. 86).

Além disso, pelas provas documentais e testemunhais colhidas, mormente pelo próprio depoimento da menor, a qual afirmou que tem preferência em continuar morando com a genitora, além de declarar que “*a mãe se preocupa com o seu futuro*”, entendo que não merece reparos o r. *decisum* de primeiro grau, devendo permanecer a guarda da criança com a mãe.

Ora, restou demonstrado pelas provas dos autos, que a genitora/apelada consegue dar a atenção necessária ao desenvolvimento social, escolar, psicológico, físico e material da infante, porquanto fornece a orientação e a atenção devidas, além de realizar as cobranças indispensáveis para que a criança cumpra com suas obrigações e entenda que precisa ter responsabilidade em relação ao seu futuro.

Por fim, insta salientar que a adolescente interage positivamente com o pai e com a mãe, e se sente à vontade nos dois ambientes – paterno e materno – como destacou o parecer técnico do serviço psicossocial, devendo permanecer a atual organização familiar, onde a menor reside com a mãe e faz visitas livres e frequentes ao seu genitor, não havendo necessidade de alteração da guarda.

Corroborando a tese, trago julgados desta egrégia Corte de Justiça, *in verbis*:

**“APELAÇÃO CÍVEL. GUARDA E RESPONSABILIDADE. CONDIÇÕES FAVORÁVEIS DE AMBOS OS GENITORES. CONCESSÃO DA GUARDA ÀQUELE QUE MELHOR ATENDA AO BEM ESTAR E INTERESSES DA CRIANÇA. MANUTENÇÃO DA SITUAÇÃO DURADOURA DE CONVIVÊNCIA HARMÔNICA DO MENOR COM O PAI. GARANTIA DO REGULAR E FREQUENTE CONVÍVIO DO INFANTE COM A MÃE.**

*- Quando ambos os genitores apresentam condições para o exercício da guarda, a responsabilidade deve ser deferida àquele que melhor atenda aos interesses e bem estar da criança, de acordo com as conclusões dos estudos psicossociais realizados nos autos.*

*- Recurso improvido. Unânime.”* (20070111062726APC, Relator OTÁVIO AUGUSTO, 6ª Turma Cível, DJ 08/04/2010)

**“CIVIL - FAMÍLIA - GUARDA E RESPONSABILIDADE DE MENOR - MODIFICAÇÃO - IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO.**

*Mantém-se a sentença de improcedência do pedido de alteração de guarda de menor, se demonstrado que a mãe, com quem reside desde o nascimento, atende, de forma satisfatória, aos seus interesses, os quais devem prevalecer sobre quaisquer outros.”* (20070510049569APC, Relator SÉRGIO BITTENCOURT, 4ª Turma Cível, DJ 12/11/2009)

Dessa forma, mostra-se correta a manutenção da guarda com a genitora, consoante determinado pelo MM. Juiz de primeira instância.

Pelo exposto, **REJEITO A PRELIMINAR** de nulidade da sentença, **CONHEÇO** e **NEGO PROVIMENTO** ao recurso interposto, mantendo incólume a r. sentença monocrática por seus próprios e jurídicos fundamentos.

É como voto.

**O Senhor Desembargador JOÃO BATISTA TEIXEIRA - Revisor**

Presentes os pressupostos que autorizam a admissibilidade da presente apelação, dela se conhece.

Na origem, **R. V. DE S.** ajuizou **AÇÃO DE MODIFICAÇÃO DE GUARDA** em face de **C. S. A.**, objetivando a modificação da guarda da menor que ficou com sua genitora.

A sentença de fls. 155/160 julgou improcedente o pedido inicial e manteve a guarda da menor com sua genitora. Condenou o demandante no pagamento das custas do processo e honorários de advogado fixados em R\$ 300,00.

Apelou R. V. DE S. (fls. 164/170), buscando a reforma da doughta sentença para acolher o pedido inicial.

Preparo comprovado (fls. 173).

Apelação recebida no duplo efeito (fls. 175).

Contrarrazões (fls. 178/181), pugnando pela manutenção da r. sentença.

Parecer do Ministério Público (fls. 190/198) pugnando pelo conhecimento e não provimento do recurso.

Considerando que a análise por mim efetuada acerca das teses agitadas no recurso está em consonância com os fundamentos apresentados pelo eminente relator, acolho, com a devida vênica, os fundamentos declinados e o acompanhamento em todos os termos de seu voto.

Em face do expendido, **CONHEÇO DO RECURSO**, rejeito a preliminar de nulidade da sentença e, no mérito, **NEGO PROVIMENTO** a **APELAÇÃO** do demandante para manter intacta a doughta sentença desafiada.

É como voto.

**A Senhora Desembargadora NÍDIA CORRÊA LIMA - Vogal**

Com o Relator.

## DECISÃO

UNÂNIME. CONHECER. NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.